



Índice

- 01 [A batalha de Humaitá](#)
- 02 [Biblioteca Itinerante nas Comunidades Indígenas de Olivença](#)
- 03 [Concurso para professor indígena tem abstenção de 17,08%](#)
- 04 [Índios não trazem votos, como bancada ruralista e PMDB](#)
- 05 [TI Alto Turiagu, do povo Ka'apor, é invadida por madeireiros, no Maranhão](#)
- 06 [Índios ganham casa de passagem na zona sul de Londrina](#)
- 07 [Tempos sombrios para os povos indígenas](#)
- 08 [Funai instala base na entrada da terra indígena de Awá](#)
- 09 [Pré-candidato à Presidência pelo PSOL participará da cerimônia da Lavagem do Bonfim, em Salvador](#)
- 10 [Orquestra Quilombola do Curiaú concorre a prêmio nacional](#)
- 11 [Com novo helicóptero, Marinha agiliza atendimento a ribeirinhos no Pantanal](#)
- 12 ["Apesar de Belo Monte, a vida é bela", por Claret Fernandes](#)
- 13 [Municípios do Rio recebem equipamentos para facilitar escoamento da agricultura familiar](#)
- 14 [Tempos sombrios para os povos indígenas, por Oiara Bonilla](#)
- 15 [Descendentes de escravos denunciam agressões militares no Brasil](#)



- 16 São Paulo (SP) – Arquivo Público inicia processo de restauro do jornal abolicionista 'A Redempção'
- 17 Prefeito de Varzelândia é suspeito de tentar matar líder quilombola
- 18 Projeto Quilombolas realiza cursos para comunidades de Lauro de Freitas
- 19 Indígenas atropelados em Miraguá foram transferidos para outros hospitais
- 20 Consulta sobre necessidade de quitação militar para alistamento eleitoral do indígena abre o ano judiciário do TRE-RO
- 21 Iniciada notificação de ocupantes de terra indígena Awá-Guajá
- 22 Agricultura analisa projeto sobre indenização a ocupantes de terras indígenas
- 23 A história do conflito em Humaitá é também a história da BR-130, a Rodovia Transamazônica
- 24 Higienização à vista, artigo de Rosane Garcia
- 25 Aumenta conflito entre brancos e índios Tenharim no sul do Amazonas
- 26 Índios de Tacuru bloqueiam a rodovia MS-295
- 27 Índios – Amantes do capital que são protegidos por socialistas
- 28 Morte de índios é a maior desde 1988, diz Pastoral da Terra
- 29 Terracap licita novos terrenos no Noroeste, em meio a polêmica indígena
- 30 Índios são presos por tráfico de drogas em Amambai
- 31 Índios cobram pedágio em rodovia de MT e fazem operação tapa-buracos
- 32 Representantes de ministérios tentam acordo entre índios tenharins e moradores de



Boletim de Notícias - Edição nº 07./ 2014

Brasília, 15 de janeiro de 2014.

[Humaitá](#)



A batalha de Humaitá
SÍTIO ECODEBATE, 15.01.2014

A suspeita de que foram os indígenas os responsáveis por três desaparecimentos funcionou como um rastilho de pólvora em uma região marcada pela ilegalidade, violência e omissão do Estado.

Cena 1. Terra Indígena Tenharim, km 123 da Rodovia Transamazônica, sul do Amazonas. 27 de dezembro de 2013. De um lado da ponte sobre o Rio Marmelos, de Manicoré para Humaitá, centenas de homens, 50 deles armados. Do lado de Humaitá, 100 guerreiros da etnia Tenharim, 50 de cada lado da estrada. Também armados. Zelito Tenharim, funcionário da Fundação Nacional do Índio (Funai), está no grupo que liga do orelhão para o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a presidente da Funai também participam da conversa. E ouvem, ao fundo, os gritos da multidão. Todos ouvem a exigência do cacique Léo Tenharim: a Polícia Federal deve ser mandada para o local em meia hora, “senão vai ter derramamento de sangue”. Naquele momento, o grupo liderado por comerciantes, madeireiros e pecuaristas de Apuí e do distrito de Santo Antônio do Matupi avançava sobre a ponte e queimava os postos de pedágio em Terra Indígena. Quando chega a PF, dispersam. Os Tenharim assistem à cena. Os mais velhos somem para o meio da mata. “Quando viram aqueles homens de preto acharam que era o fim do mundo”, conta Zelito, lembrando o episódio. Mulheres e crianças também fogem. Nove ficam perdidos: três mães, com três crianças de colo, duas crianças de 2 anos e um menino de 10 anos, Laudinei Tenharim. Dias depois são resgatados, traumatizados, com febre e ferimentos. Na sexta-feira, 3 de janeiro, sete famílias ainda estavam no meio do mato.

Cena 2. Agência do Banco do Brasil de Humaitá. Primeiro dia útil de 2014. À frente do repórter da Pública, na fila de hora e meia para o caixa, dois pecuaristas, pai e filho, ambos de chapéu de palha. O pai com corrente de ouro na camiseta semiaberta, relógio de ouro, pulseira de ouro. Na ponta da corrente, Jesus Cristo. Chega um amigo e senta ao lado do pai. Eles conversam, sem se preocupar em baixar o tom de voz, sobre o assunto que domina a cidade naqueles dias: os indígenas, ou “índios”, como dizem. “Você pode matar uns dois ou três”, raciocina o amigo. “Mas cinquenta?” Ele continua: “Joga o carro em um, em outro, mas e aí?” Depois passam a falar de negócios. O pecuarista conta, com orgulho, que somente entre o Natal e o Ano Novo vendeu mil arrobas de boi. Em outro grupo, um comerciante, um amigo e um policial rodoviário federal. O comerciante conta que participou do confronto com a polícia, na noite de Natal. Mas recuou após o primeiro tiro de borracha. O policial observa que bala de borracha mata. O amigo expressa a teoria de que os americanos “mataram os índios deles e vêm aqui defender os nossos”. O comerciante acha que os incêndios ateados no fim do ano – em prédios e carros indígenas – valeram a pena. O amigo contesta: “Valia se eles não pisassem mais aqui em Humaitá”.

Cena 3. No dia do Natal, desde as 8 horas da manhã, um carro de som do Xexéu, dono da

CONT.



boate Xexelândia, passa conclamando os moradores a fazer protesto. Não se trata mais de exigir investigações policiais, como querem os parentes de Luciano Ferreira Freire, Stef Pinheiro e Aldeney Ribeiro Salvador, desaparecidos na região no dia 16 de dezembro; todos ali já elegeram "os índios" como culpados. A balsa que liga a Avenida Transamazônica à Rodovia Transamazônica, atravessando o Rio Madeira, é o ponto de encontro dos manifestantes desde a véspera, quando os moradores bloquearam o acesso à balsa. Comerciantes do município bancam pizza, cachorro-quente, transporte. Lá estão também os parentes dos desaparecidos. As mulheres passam mal: a mãe de Luciano, a mulher de Aldeney. Uma, com hipertensão. Outra, com princípio de infarto. No fim da tarde os manifestantes percorrem a cidade gritando: "Vamos queimar". "Vamos queimar os carros dos índios". As viaturas e ambulâncias deixam o local. Perto da balsa, Luzineide Freire, irmã de Luciano, se vê sozinha de repente. Contrária às depredações, ela ouve os gritos daqueles que estão ali perto, em frente da Funasa, queimando a Sede da Secretaria Especial de Saúde Indígena. Depois, contaria: "Parecia filme".

Cena 4. No dia 2 de janeiro, e somente naquela quinta-feira, as famílias de Luciano, Aldeney e Stef recebem um pedido dos policiais federais: eles querem roupas usadas dos desaparecidos para que os cachorros possam farejar as pistas. Dezoito dias após a notícia do sumiço. "Dezoito dias!", exclama Luzineide Freire, irmã de Luciano. A avó de Luciano, que o criou, já tinha lavado quase tudo – por sorte uma camiseta do Corinthians escapou do tanque. "É um descaso total, uma lentidão muito grande", diz a irmã. Os parentes sentem-se isolados, sem apoio. Luzineide e sua mãe saíram de Porto Velho com as roupas do corpo. E ficaram dependendo da ajuda de amigos. "A gente está a ver navios", define ela. "E o dia não espera, passa rápido".

Cena 5. O ano de 2014 começa e a entrada da sede da Funai, em Humaitá, continua sob escombros. Um funcionário trabalha como porteiro de ninguém, em meio aos vidros e pedaços de carro. À frente, os dez veículos da fundação destruídos, queimados no início da noite de Natal. Nas carrocerias, restaram apenas os botijões de gás para contar a história. Os vizinhos contam que o momento mais tenso foi quando houve explosões, em meio aos coquetéis molotov e os tanques de gasolina dos carros destruídos. "Não tinha como não chorar", conta Claudinei, morador da casa ao lado. "Queriam invadir por aqui", completa Maria, sua mulher, em pânico por causa das crianças. Ao lado da Funai, no estacionamento, uma voadeira e três motos: todas queimadas. Diante do cordão formado pelos policiais, os manifestantes atiravam pedras e rojões e jogavam as garrafas com gasolina nos carros. O comandante do 54º Batalhão de Infantaria da Selva mandou fechar os postos de combustível para deter os incêndios. Motoqueiros, porém, ofereciam o que tinha em seus tanques. Um caminhão-pipa do Exército estava por ali. "Mas não tinha como chegar", lembra Claudinei. O prédio se salvou, mas os funcionários da Funai tiveram de fugir para Porto Velho. A perícia? A perícia ainda não foi feita. O local do crime ainda não foi isolado.

Cena 6. Na frente da sede da Funasa, em plena Avenida Transamazônica, uma Hilux queimada, continua no local. Na mesma noite de Natal, os incendiários saíram da sede da Funai e passaram na Casa de Apoio à Saúde Indígena (Casai). Dona Nirla Belfort dos Santos, vizinha da Casai, conta que quase queimaram o imóvel. "Tinha um que dizia: 'Toca fogo'". Diante dos apelos dos vizinhos, desistiram. Mas seguiram adiante para incendiar a sede da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que fica no mesmo terreno da Funasa. O prédio

CONT.



está em ruínas. “Uma amiga ia fazer cirurgia, não pode”, conta Naiara Santos, de 24 anos, Tenharim. “Os exames foram queimados. Há pessoas com câncer, sem atendimento”. Ao fundo do terreno, mais três carros queimados. Perto do muro, um carro da Funasa com um vidro quebrado e uma inscrição na lateral, feita com o dedo na poeira: “Índio”. O local do crime também não foi isolado para perícia. Na orla, no Terminal Hidroviário de Humaitá, mais um alvo: o barco N/M Kagwahiwa, responsável pelo atendimento às comunidades ribeirinhas. Queimado.

Cena 7. Diante do caos, o comandante do 54º Batalhão de Infantaria da Selva, tenente-coronel Antonio Prado, decide abrigar os 115 indígenas – a maioria Tenharim – que estavam na cidade nesse período de Natal. O comandante recebe uma ligação de um general, que avisa: “Não toque em um fio de cabelo dos índios”. Manifestantes revoltam-se com a proteção dada pelo coronel. Querem capturar sua mulher. Para protegê-la, cem soldados do Exército vigiam a Vila Militar, onde moram as famílias dos militares. Ficam deitados no chão. Os moradores da vila ficam uma semana sem poder sair de casa. No quartel, uma das três Tenharim grávidas dá à luz, em pleno Natal.

Cena 8. Na véspera do Réveillon, o prefeito Dedei Lôbo cancela os festejos na orla do Rio Madeira, que forma, junto com a Avenida Transamazônica, o cinturão básico que delinea a cidade de Humaitá. Por mensagens pelo celular e pelo Facebook, os moradores articulam uma invasão: “Às 17 horas, queimar a prefeitura”. “A cidade todinha tava sabendo”, contam os humaitenses. Note-se que, neste caso, os fatos nada têm a ver com questão indígena. Os policiais rodam freneticamente pela cidade e vigiam as entradas. Em especial a que vem de Porto Velho e a que sai para a Transamazônica, por uma balsa. Na beira do Rio Madeira, no início da noite, a prefeitura não foi queimada, e os policiais ainda estão lá. Bem do lado do rio, uma pequena fogueira. Ao lado, uma placa: “Perigo. Alta tensão”.

Cena 9. Cerca de 500 pessoas, com a maioria absoluta de mulheres e muitas crianças, participam do ato anual pela paz em Humaitá, promovido pela igreja católica, no dia 1º de janeiro. Os locutores apresentam dados sobre violência e pedem justiça e eficiência nas investigações. “Queremos paz, não a guerra”, diz o locutor. “Queremos nossos maridos vivos”, “Queremos igualdade para todos”, ecoam as faixas na caminhada com a presença dos parentes dos desaparecidos. Ao lado da praça Dom Miguel D’Aversa, entre a Câmara Municipal e a Igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, de frente para o Rio Madeira, o bispo Francisco Merkel faz o discurso final. “A ocupação da Amazônia teve mortes, estupros e muito sofrimento”, diz o bispo. Passado um tempo, veio “o pedágio, o confronto”. E dá o recado: “Não podemos fazer justiça. A justiça é um monopólio do Estado. O que temos é o direito de cobrar o Estado, a União, os estados, os municípios, o judiciário, a polícia, para que cumpram suas funções. O problema deste país é que não cumprimos as funções que nos competem. Um clima de injustiça não gera paz”.

A Pública passou uma semana em Humaitá – uma cidade onde nem os Tenharim, nem os Parintintin, nem os Jihai podem pisar, sob pena de serem espancados e mortos. Não apenas por comerciantes e pecuaristas, mas por moradores que, como eles, vivem na pobreza. Por trás dessas cenas de insurreição, detonada pela suspeita de que os indígenas seriam os responsáveis pelo desaparecimento dos três brancos, a Pública descobriu uma teia de conflitos

CONT.



e contradições que desembocou, primeiro, na culpabilização dos indígenas, antes de qualquer investigação séria – cobrada por eles e pelos parentes dos desaparecidos. Em segundo lugar, na violência. No rastro dessa desastrosa história em que a versão dos indígenas quase sempre é ignorada, deparou com diversos – e antagônicos – pontos de vista. Em todos eles há uma denúncia em comum: a omissão do Estado.

Condenados pelo preconceito, indígenas vivem apartheid

Antonio Mendes Leal, o Seu Tonico, 67 anos, era amigo de Ivan Tenharim, o cacique de 45 anos que caiu da moto e morreu, no dia 3 de dezembro. Conhecia-o desde que ele tinha 15 anos. “Era um cara muito bom, nunca vi ninguém falar dele”. No hotel de Seu Tonico, na Rodovia Transamazônica, Ivan pagava R\$ 30,00 para ficar com a família, no quarto com duas camas e armador de redes. Quando ia sozinho, o que era mais raro, pagava R\$ 15,00.

Em geral o cacique ia uma vez por mês a Humaitá, para compras e para resolver documentação. Por exemplo, no cartório, para registrar nascimentos. A morte do cacique Ivan Tenharim foi um momento-chave nos conflitos do fim de ano. Parte dos indígenas levantou a hipótese de que não teria sido um acidente, o que foi repercutido pelo então coordenador da Funai na região, Ivã Bocchini, que seria exonerado no início de janeiro. Esse fato acabou sendo visto pela população de Humaitá como motivo – uma suposta vingança – para o desaparecimento dos três brancos. Bocchini entrou de férias, e os outros funcionários da Funai tiveram de se refugiar em Porto Velho.

Seu Tonico chamava a mãe de Ivan Tenharim de comadre. “Ela gosta muito de mim”, ele conta. Diante dos acontecimentos do fim de ano, porém, recusa-se a receber novamente indígenas em seu hotel. “Prefiro perda total a tê-los aqui”. Ele atribui o desaparecimento dos três brancos aos indígenas e diz que os Tenharim eram bons “até o pedágio”, cobrado daqueles que atravessam a Terra Indígena. “Aí vieram os moleques para estudar aqui, beber, fumar droga”, diz. Ao lado do ex-vereador Cícero Pedro dos Santos, o Cição, conta histórias sucessivas de “abusos” em relação ao pedágio. Segundo ele, as outras etnias não causariam problema nenhum. “De toda maneira, sendo índio eu não quero aqui. Nunca”.

O pedágio se tornou central na narrativa sobre os Tenharim. Mesmo Dom Francisco Merkel, o bispo de Humaitá, considera a cobrança central para a origem do confronto. Difícil achar um morador favorável à cobrança do que os Tenharim definem como compensação. Um deles fez questão de entregar à reportagem um recibo de um Toyota, com carimbo dos indígenas. “Cem reais”, revolta-se. “Cem reais!” O madeireiro Nelson Vanazzi considera o frete da Transamazônica “o mais caro do Brasil”. “Os madeireiros do 180 estão a cada dia com mais prejuízo”, afirma.

No momento, Humaitá vive um apartheid. Após ficarem presos no quartel, nos dias que seguiram ao Natal, os Tenharim voltaram antes do Ano Novo para a Terra Indígena. Não podem retornar a Humaitá, mesmo que trabalhem na prefeitura. Não podem comprar alimentos ou remédios. A hostilidade da maioria dos moradores ouvidos ocorre no plural, em relação a todos os indígenas, não apenas aos que acusam de algum crime.

CONT.



A dor dos parentes

Do lado dos parentes dos desaparecidos, mais dor. A casa da avó de um deles, o vendedor Luciano, virou uma espécie de QG dos parentes, em Humaitá. Lá estão a mãe e a irmã dele, Luzimar e Luzineide, de Porto Velho. E lá passam o dia outros parentes, como Célia Leal, mulher de Aldeney. O terceiro desaparecido, Stef, é de Apuí, um município vizinho.

Muito chocadas, as mulheres não falam muito. Ficam atentas às notícias e procuram dar força umas às outras. Com os boatos, se acostumaram. (Houve várias notícias falsas sobre o encontro de corpos esquartejados, "esquartejados vivos", e assim por diante.)

Luzimar e Luzineide contam que só na quinta-feira, dia 2, receberam uma visita do prefeito. A pedido dos parentes. "Só hoje", repetia Luzineide. Ele levou uma psicóloga e uma assistente social. Luzineide: "Hoje". No mesmo dia em que a Polícia Federal foi pegar as roupas usadas para o trabalho dos cães. "Hoje".

Luciano é descrito pelas duas como um homem tranquilo, caseiro. Ele fez 30 anos na véspera de Natal. A mãe mostra-se mais atordoada. E emocionada: "Meu coração diz que o filho está vivo". Alguém fala dos índios. Ela reage balançando a cabeça e fazendo um barulho com os lábios: "Não posso nem ouvir a palavra índio, brrr". Embora critique o que considera proteção excessiva aos indígenas, a irmã de Luciano, Luzineide se posiciona contra os protestos violentos – e incendiários – do fim de ano. "Morte não se paga com morte. Para isso tem a justiça. Quero que eles paguem. Só isso. O que queremos é paz".

Célia aponta Aldeney, gerente da Eletrobrás, como um romântico, um namorado à moda antiga. "Homens choram de saudade dele, os cunhados choram", conta Célia. Aldeney mora em Humaitá, mas tem casa no "180", o distrito de Santo Antônio de Matupi, e todo fim de semana viaja para ficar com ela. Devota de Nossa Senhora Aparecida, Célia diz que conversa com Deus para ganhar força. Por isso, a passeata promovida pela Igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, no dia 1º, lhe fez bem. "A gente se viu só", diz.

"Tem que matar um por um"

Sobre a noite de Natal, parece haver um consenso em Humaitá: teriam matado os indígenas se eles estivessem na rua. "Tem de matar um por um", afirmava uma motoqueira, no dia 30, em um bar perto da balsa. Também são muitos os que justificam os incêndios contra bens públicos relacionados aos indígenas. "Achei que foi bem empregado terem feito isso aí", diz Seu Tonico, sobre os incêndios. "Moleques andavam tudo noiados aí, de carro novo". Boa parte dos moradores de Humaitá se refere ao quebra-quebra com naturalidade, minimizando a violência. Para eles, se tratou de uma forma de "chamar a atenção" das autoridades.

Essa expressão foi uma das mais utilizadas no período em que a Pública esteve no município. Mais comum que ela, só as frases sobre os "privilégios e regalias" que seriam desfrutados pelos indígenas. Do discurso não fazem parte as muitas outras ilegalidades em que a região é pródiga: crimes ambientais, grilagem, matanças e perseguições.

CONT.



Em um hotel lotado de policiais, a reportagem foi procurada por um indígena que acabara de ser expulso de casa. Não quis dar o nome, por segurança. "Queriam queimar minha casa", contou. Esse Tenharim nunca morou na aldeia. E mesmo assim sofre retaliações. Na porta do hotel, de moto, um rapaz de camiseta branca nos encarava. Diante de um olhar interrogativo, saiu, deu uma volta. Dali a pouco passava novamente. E nos olhava com ódio.

Mesmo entre os que pensam de outra forma, os preconceitos contra os indígenas se revelam facilmente. "Se não deixarem voltar [para Humaitá] é uma ignorância", afirma Raimundo Nonato do Nascimento, vizinho da sede da Funai. Em seguida, acrescenta que conhece "índios que trabalham", reproduzindo o discurso da "preguiça", que estigmatiza os indígenas. Em terra Tenharim, o clamor é por investigação policial

Um dos únicos a não fazer nenhum senão em relação aos indígenas foi o taxista que levou a reportagem à Terra Indígena Tenharim Marmelos. "Estão no direito deles", repetiu várias vezes durante o percurso. Ali, a Pública foi recebida por um grupo de 20 indígenas, na manhã da quinta-feira, dia 3 de janeiro.

Ao ouvirem do repórter as declarações de Seu Tonico, de que não aceitará mais indígenas em seu hotel, os Tenharim ficaram em silêncio. Com os olhares fixos, chocados. Aquele era o lugar onde eles ficavam em Humaitá. Não disfarçaram a decepção e não souberam o que dizer. Mas falaram sobre os desaparecimentos, negando qualquer responsabilidade.

Mais do que isso: "Por que a Polícia Federal não abre outras linhas de investigação?", perguntava o cacique Ivanildo Tenharim. Ao contrário dos moradores de Humaitá, que os acusam sem exigir provas, eles querem uma apuração mais ampla dos desaparecimentos. "A PF está focada na aldeia e não mexe com os principais", dizem. "Com certeza quem fez isso está achando graça".

Até o momento, nem imprensa nem a polícia aventam a possibilidade de outra linha de investigação. E os Tenharim apresentam outras hipóteses que mereceriam a atenção dos investigadores. Falam de homens suspeitos que utilizam a Rodovia do Estanho, que liga a Transamazônica a Machadinho D'Oeste, em Rondônia, e segue para o Mato Grosso. A rodovia começa logo após a Terra Indígena, no quilômetro 150 – muito perto de onde policiais localizaram um carro queimado que acreditam ser dos desaparecidos. "É uma via de concentração de fugitivos", afirmam. Eles contam que esses homens teriam uma base em Santo Antônio do Matupi, no distrito de Manicoré, mais conhecido como "180" – já que fica nesse quilômetro da Transamazônica. Eles e muitas pessoas em Humaitá chamam o "180" de "vila dos sem-lei". É a terra de madeireiros, dos pecuaristas, símbolo da fronteira agropecuária do sul do Amazonas.

Os Tenharim também reivindicam segurança na reserva; segurança para os indígenas que residem em Humaitá; segurança para quem vai temporariamente para a cidade; um Grupo de Trabalho que aja para solucionar o problema. Doze servidores precisam voltar ao trabalho – entre eles o próprio Ivanildo, coordenador de Educação Escolar Indígena de Humaitá. "Estamos preocupados com o trabalho, não com o emprego", diz ele. "Temos prazos que podemos perder".

CONT.



Zelito Tenharim, funcionário da Funai, reivindica a liberação de recursos para que a Coordenação Regional do Madeira – cuja sede foi destruída no Natal – volte a funcionar. Ele exige a segurança dos funcionários públicos e dos indígenas. “Que priorizem esta situação que estamos passando”.

Também há pessoas em tratamento que precisam ir ao médico todo mês. Caso dos hipertensos, como a mãe de Domá Tenharim. “Não tem ninguém para medir a pressão dela”, diz ele. Os indígenas estão usando medicamentos tradicionais, “mas o efeito é muito lento”. Mesmo antes dos atentados aos prédios faltavam medicamentos, principalmente de média e alta complexidade. Por isso, em relação aos casos mais complexos, os Tenharim já resolveram: querem ser atendidos apenas em Porto Velho.

O cacique Aurélio Tenharim faz questão de assinalar que não é por medo que estão deixando de ir a Humaitá. “Estamos dando um tempo. A gente não quer confronto nem tragédia”. Por isso eles pedem que os órgãos que trabalham com a população indígena atendam na aldeia. Pedágio ou compensação ambiental?

Ivanildo conta que a Secretaria Especial de Saúde Indígena fez um levantamento, antes da destruição de sua sede, e constatou que há muita desnutrição, entre crianças e idosos. No dia da visita da reportagem à aldeia as crianças comiam milho e mandioca. Dias depois Aurélio disse que já tinha acabado a carne de caça e pesca.

Das 14 escolas, só duas são de alvenaria. Três são de madeira. O resto funciona em casas, cedidas pela comunidade. Estudante de Pedagogia na Universidade Federal do Amazonas, Ivanildo quer a produção de material didático específico. Mas são necessários técnicos. “Hoje os indígenas que têm escolaridade conseguem por esforço individual, não por apoio do governo”.

Diante desse quadro de abandono, os indígenas tomam suas próprias providências como a cobrança do “pedágio”, que consideram um termo inadequado. “Para nós é cobrança de compensação pelo usufruto da TI Tenharim”, define o cacique Aurélio Tenharim. Ele diz que a cobrança, distribuída por todas as famílias, não veio para enriquecê-los, mas para mitigar os problemas trazidos pela Transamazônica: “Ela trouxe matança, doença, prostituição, escravos, invasão; é um imposto ambiental e social”.

Segundo ele, um levantamento do impacto social desde a abertura da rodovia foi feito e entregue pelos Tenharim ao Ministério Público Federal no Amazonas e à Funai. “Está documentado que isso foi analisado e proposto para o governo. Não tivemos resposta”, conta.

Os Tenharim já anunciaram que vão reconstruir os postos e recomeçar as cobranças em fevereiro. Enquanto isso, em Humaitá, o comerciante Fernando Pereira de Maria afirma que se o governo não tirar o pedágio vai ter de manter policiamento. “Senão vai ter enfrentamento”, afirma. Fernando é dono do restaurante Na Brasa, na avenida Transamazônica, um dos únicos da cidade. Como tal, acaba reunindo personagens centrais dos conflitos em Humaitá. Por ali costumavam comer Luciano, Aldeney e Stef, os três desaparecidos. E também o cacique Ivan Tenharim.

CONT.



Dando nomes aos bois

Os Tenharim dão nomes aos que incitaram a violência em Humaitá. Comerciantes, madeireiros, políticos. Entre eles Adimilson Nogueira (DEM), prefeito de Apuí, o vice-prefeito de Humaitá, Herivânio Freitas (PTN), e três vereadores de Humaitá, Manicoré e Apuí. Entre os empresários, mencionam donos de supermercado e donos de hotéis. No caso do 180, a "vila dos sem-lei", os Tenharim apontam Eduardo Gervásio, líder dos produtores rurais. "Ele chamou a população do 180 para invadir a aldeia", denunciam. "O pessoal já vinha anunciando há dois dias que ia queimar", conta Zelito Tenharim. De imediato a gente ligou para a presidência (da Funai). Mas a proteção demorou muito. Pensamos: será que isso vai acontecer mesmo? E deu no que deu".

Zelito e Aurélio Tenharim contam detalhes sobre a ligação para o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, e sobre conversa telefônica naquele dia 27 de dezembro, com a participação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da presidente interina da Funai, Maria Augusta Assirati. "Todos eles ouviram o cacique Léo dizer: 'Se as autoridades não se posicionarem, vai haver derramamento de sangue'".

A primeira a ser contatada, naquele dia, foi a Secretaria Especial de Direitos Humanos, que funciona durante 24 horas. Os manifestantes, vindos de Santo Antônio do Matupi e de Apuí, chegaram às 10 horas do dia 27. "As casas pegavam fogo e o povo gritava na estrada", relatam. Os guerreiros receberam a seguinte instrução: "Não atirem enquanto eles não atirarem". Ninguém atirou.

Os indígenas observam que são chamados de bandidos e sequestradores pelos brancos de Humaitá, "mas em nenhum momento, mesmo eles invadindo patrimônio público utilizado pelos indígenas, a gente revidou". E destacam: "Apenas ficamos na aldeia. Porque a gente tem controle da comunidade".

As fotos reunidas pelos Tenharim da destruição da sede da Funai mostram pessoas mascaradas, ou com o rosto coberto por capacetes. Segundo os indígenas, são principalmente jagunços, contratados pelos comerciantes e fazendeiros. Também dizem que os donos de supermercado deram R\$ 1.000 para cada um dos homens que lideraram os incêndios em Humaitá. "Eles que fizeram aquele estrago na Funai, no Sesai, no barco e aqui na estrada", afirmam. "O resto da população ficava assistindo, fazendo número".

Aurélio Tenharim é incisivo a respeito: "Foram contratados. Não é uma versão, são fatos". Eles dizem que ficaram sabendo do pagamento aos jagunços por uma pessoa que foi chamada para fazer o serviço e se recusou. "Quase foi linchado por isso", contam os Tenharim. "E o pessoal que gosta de indígenas contou que viram arrecadar".

Um nome desponta como um dos mais mencionados entre os que incitaram a violência: o empresário conhecido como Neguinho dos Cachorros, dono de açougue e dono da Agroboi. A reportagem o procurou na Agroboi, em Santo Antônio do Matupi, mas ele não estava.

Na cidade, a versão é a de que não havia ninguém de fora durante os incêndios, que eram

CONT.



pessoas de Humaitá, conhecidas. Os Tenharim também apontam um segurança de banco entre os agressores. Uma foto mostra esse homem sendo imobilizado pela polícia. A Polícia Federal também investiga os líderes da rebelião. Ao contrário da investigação sobre os desaparecimentos, ela está sendo feita em silêncio. Até agora não chegou aos jornais.

Macondo é aqui

Em meio a fatos concretos, como o pedágio, e o desaparecimento de três pessoas, Humaitá virou uma espécie de Macondo, em meio ao milagre da multiplicação de boatos. A cidade imaginária do colombiano Gabriel García Márquez move-se a partir do fatalismo.

Como ninguém aventa a possibilidade de que não tenham sido os indígenas os responsáveis pelos três desaparecimentos, eles são retratados como vilões. E os moradores repetem as mesmas frases, as mesmas histórias sobre eles. Que andam de Hilux. Que são ricos. Que não pegam fila de banco nem de hospital. Que queimam todos os corpos das pessoas que matam.

O boato mais popular era o dos pajés. Que um pajé tinha informado que um carro preto atropelara Ivan Tenharim. E por isso os Tenharim tinham matado as pessoas do primeiro carro preto que viram. O repórter comenta com a advogada Altanira Ulchoa, amiga dos parentes dos desaparecidos, que não há pajés entre eles. Ela retruca: "Têm pajés, sim. O Seu Ramos disse que tem pajé lá e que se chama Saddam". Ela fala com ênfase, arregalando os olhos. E não está brincando: realmente acredita que haveria um pajé chamado Saddam.

Aos boatos se soma a desinformação. E um sentimento de inveja em relação ao que seriam "privilégios" e "regalias" dos indígenas. As duas palavras são muito citadas. Na saída de um cartório, um ex-advogado da prefeitura fez questão de falar das tais regalias: "usam brinquinhos, caminhonetes". "Se misturaram muito". Outro morador criticou o uso de piercing. Uma crítica muito recorrente é ao fato de eles dizerem, segundo os brancos, que "são federais". Ou seja, que só a Polícia Federal poderia prendê-los.

Os Tenharim respondem com um misto de indignação e sarcasmo a algumas das acusações. "Onde é que tem um Hilux?", perguntava Aurélio Tenharim na sexta-feira, 3 de janeiro. Ele teve uma Saveiro queimada. "Os índios que possuem carro têm porque trabalham com eles. Um dos Tenharim mostrou a casa sem cobertura. "Não tenho dinheiro para comprar um Eternit, imagina Hilux", disse Moisés Tenharim.

Em setembro, o procurador Julio José Araujo Junior, do Ministério Público Federal, informava sobre as "péssimas condições de conservação" da Casa de Saúde Indígena, "oferecendo riscos de contaminação e desconforto aos pacientes em tratamento", sendo urgente nova estrutura de acomodação "para garantir condições dignas de internação e eficiência nos tratamentos". O mesmo Ministério Público proibiu, após o Natal, a veiculação de conteúdo racista nos sites e blogs da região. Eles se tornaram uma central de boatos – e de propagação do ódio contra indígenas. No limite da incitação à violência.

Na sede da rádio comunitária, a FM 104, comandada pelo madeireiro Nelson Vanazzi, a Polícia Federal entrou e inquiriu o locutor. Para a indignação de Vanazzi, que acusou os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 07./ 2014

Brasília, 15 de janeiro de 2014.

policiais de truculência.

A SEGUNDA PARTE DESTA REPORTAGEM SERÁ PUBLICADA AMANHÃ

A Pública, Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, é parceira estratégica do Portal EcoDebate na socialização da informação.



Boletim de Notícias - Edição nº 07./ 2014

Brasília, 15 de janeiro de 2014.

Biblioteca Itinerante nas Comunidades Indígenas de Olivença
SÍTIO DIHITT, 14.01.2014



Aconteceu no dia 13 (segunda-feira), o início do projeto de incentivo à leitura "Biblioteca Itinerante Oca Cultural", na reserva ecológica indígena estância das fontes em Olivença, Ilhéus-Ba. A ação visa Despertar, incentivar e promover a leitura no âmbito escolar e comunitário para desenvolvimento sociocultural dos indígenas.

A iniciativa do projeto foi do Instituto dos Povos Indígenas da Bahia, integrado ao Programa Arca das Letras do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o apoio da secretaria de educação e das 23 comunidades do território Tupinambá de Olivença.

Para coordenador pedagógico do Projeto Cláudio Magalhães, é necessário Inserir no cotidiano dos jovens abordagens que enfoquem: cultura, saúde, drogas, meio ambiente, direitos humanos, como ênfase a história dos índios da Bahia e do Brasil. Ressaltando o resgate da cultura, valorização e a melhoria da qualidade de vida dos Tupinambá. "Exercitar a leitura como prática democrática, é fundamental na formação do senso crítico e da cidadania" destacou Cláudio.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 07./ 2014

Brasília, 15 de janeiro de 2014.

A ação conta com o apoio do professor de Cultura Indígena, Marcio Teixeira e da Bibliotecária Magnólia Gouveia. A Oca Cultural oferece aos leitores uma diversidade de livros, revistas e tem previsão de atuação durante todo o ano nas comunidades.



Concurso para professor indígena tem abstenção de 17,08%

SÍTIO ARATU ONLINE, 14.01.2014

Dos 1.167 inscritos no concurso público para provimento de vagas no cargo de Professor Indígena, quase duzentos deixaram de comparecer aos locais de prova, realizada no último domingo (12). O índice de abstenção registrado foi de 17,08%. A cidade com maior número de faltosos foi Paulo Afonso (27%), seguida de Porto Seguro (25%), Ibotirama (18,6%), Ilhéus (9,3%) e Ribeira do Pombal (5,5%). Realizado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração (Saeb) e Secretaria da Educação (SEC), o concurso é organizado pela Consultoria em Projetos Educacionais e Concursos (Consultec).

Durante o período de aplicação das provas - quatro horas, no turno vespertino -, o certame transcorreu dentro dos critérios de normalidade. Os candidatos responderam ao todo 54 questões, sendo 50 delas da Prova Objetiva e quatro, da Prova Discursiva. Esta é a primeira etapa do certame, de caráter eliminatório e classificatório. Já a etapa seguinte, de caráter classificatório, será dedicada à avaliação de títulos.

De acordo com o cronograma provisório do concurso, a divulgação do gabarito da Prova Objetiva está previsto para o dia 21 de janeiro, no Diário Oficial do Estado (DOE) e no site da organizadora (www.consultec.com.br). Este é o primeiro concurso público para a função já realizado em todo o país, atividade que é específica à etnia: o candidato deve ser indígena e, prioritariamente, pertencer à aldeia onde deverá exercer as atividades.

É ofertado o total de 390 vagas, distribuídas por DIREC / Município / Aldeia / Escola, com reserva de 5% delas aos portadores de deficiências físicas. Dezenove escolas de dezenove aldeias, distribuídas entre os municípios de Ilhéus, Buerarema, Pau Brasil, Santa Cruz de Cabralia, Prado, Rodelas, Abaré, Glória, Banzaê, Euclides da Cunha, Ibotirama e Muquém do São Francisco, serão atendidas pelos novos professores.

O cargo de Professor Indígena integra o Grupo Ocupacional Educação, Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia. A ocupação tem subsídio de R\$ 900, para o período de 20 horas semanais. Outras informações estão disponíveis no edital de abertura das inscrições.

Fonte: Saeb



Índios não trazem votos, como bancada ruralista e PMDB

SÍTIO CEDEFES, 15.01.2014

Foi preciso que índios mantivessem por sete anos a cobrança ilegal de pedágio nos confins da Transamazônica e que habitantes de Humaitá e Apuí (AM) pusessem fogo na Funai para que o país se desse conta da existência de um povo e de uma terra indígena chamados Tenharim.

Até então, essa ignorância específica se confundia com o desconhecimento geral sobre a realidade de 241 povos indígenas do Brasil. Considerá-los sempre em sua generalidade --a "questão indígena"--, como preferem a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e o aliado Palácio do Planalto, é o caminho certo para não resolvê-la.

Desse ponto de vista abstrato, sempre parecerá desmesurado que as 690 áreas reconhecidas aos índios ocupem 13% do território nacional. Um olhar mais detido, contudo, revelará que 98,5% desse 1,1 milhão de quilômetros quadrados se encontram na Amazônia.

A floresta é aquela parte do país na qual sobreviveu ou se refugiou a população sobrevivente de indígenas. Só nas últimas décadas foi alcançada pela frente de expansão agropecuária, que já esbarra em limites para a incorporação contínua de terras baratas ou griláveis.

O mero 1,5% de terras indígenas fora da Amazônia é um bom indicador da dificuldade de reconhecê-las no Brasil perto da costa, onde os índios foram primeiramente exterminados ou assimilados. E é aí que se concentra boa parte da centena de terras ainda por homologar.

Essa também é a fonte primária das dificuldades judiciais e eleitorais que o Ministério da Justiça busca reenquadrar com a portaria que deve dificultar o reconhecimento. A situação é particularmente conflituosa em Mato Grosso do Sul, mas também há litígios no Sul e no Nordeste do país.

Esses processos remanescentes estão com 20 anos de atraso. Pela Constituição Federal, deveriam ter sido encerrados em 1993. Nessas duas décadas, o agronegócio cresceu. De 1997 a 2013, o saldo de sua balança comercial saltou de US\$ 15 bilhões a quase US\$ 80 bilhões.

Sem ele, o comércio exterior do país seria deficitário. A iniciativa política está nas mãos dos ruralistas, favorecidos ainda pela representação distorcida de Estados produtores de bens primários na Câmara dos Deputados e pelo peso adquirido, no governo do PT, pelo maior partido dos rincões, o PMDB.

Nessa configuração, não será surpresa se as promessas rondonianas da Constituição de 1988 forem abandonadas de vez e se novas manifestações de ódio aos índios pipocarem pelo país.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br>

TI Alto Turiagu, do povo Ka'apor, é invadida por madeireiros, no Maranhão
SÍTIO CIMI, 14.01.2014



As cenas de violência continuam fazendo parte da vida do povo Ka'apor e sendo um pesadelo constante, fato agravado a partir do ano de 2013. Mesmo a despeito de dificuldades, este ano foi marcado pela união das várias aldeias do território em defesa da floresta, da identidade e da vida. Em decorrência dessa tomada de consciência e atitude por parte dos Ka'apor, houve uma série de ameaças, agressões e mortes impetradas por forças contrárias à autogestão dos indígenas.

Ainda no primeiro semestre aconteceram duas operações com participação do Exército, Ibama e Funai que expuseram ainda mais os indígenas à insegurança e à violência, pois, após a saída da área do efetivo dessas instituições, em julho de 2013, o povo indígena assistiu, no final de agosto, à invasão violenta da antiga aldeia Gurupiúna, com a entrada de 50 pessoas armadas e incitadas por grandes madeireiros e donos de serrarias dos municípios de Centro Novo do Maranhão, Centro do Guilherme e Maranhãozinho.

A ação violenta foi marcada por agressão, espancamento de idosos e crianças, roubo de criações, roupas e documentos dos indígenas, o que ocasionou um clima de insegurança e medo nas aldeias vizinhas, com perseguições e ameaças de morte às lideranças. Em setembro, os indígenas da aldeia Ximborenda detiveram seis invasores durante três dias, flagrados derrubando árvores seculares no interior do território, nas proximidades da aldeia, posteriormente liberados por servidores da Funai.

CONT.



No início de outubro de 2013, depois de iniciadas as atividades de vigilância e monitoramento territorial com a identificação e reativamento dos limites, lideranças indígenas foram surpreendidas por um grupo de madeireiros armados dentro do território, à margem direita do Rio Gurupiúna. Os indígenas tiveram que se refugiar na mata após ameaças de tiros e agressões. Com a chegada de indígenas de outras regiões, os madeireiros foram desarmados e expulsos da área. Com isso, intensificaram a fiscalização em seu território no mês de novembro, o que culminou na apreensão de armas e motocicletas, na apreensão de tratores e caminhões utilizados na destruição da floresta e na expulsão de madeireiros que realizavam corte de árvores, transporte e comercialização de madeira em serrarias da região noroeste do Maranhão.

Antes do Natal, um grupo de indígenas que realizava a identificação e reativamento dos limites, prendeu por três dias um madeireiro influente da região que realizava corte ilegal de madeira que, posteriormente, foi solto pelo delegado e pelos servidores da Funai no município de Santa Luzia do Paruá. Também apreenderam armas, tratores e caminhões no limite noroeste de seu território próximo ao Rio Gurupi, perto da divisa com o Pará. Essas sucessivas agressões têm interferido diretamente na dinâmica cultural do povo.

Em 2014, o ano se inicia com a desintrusão da TI Awá do povo indígena Awá-Guajá, em região limítrofe à TI Alto Turiaçu. A boa notícia para o povo indígena parente não teve a mesma correspondência para os Ka'apor. No dia 7 de janeiro, um grupo de 10 Ka'apor, que realizava abertura de trilhas nos limites de seu território, para a autovigilância, foi surpreendido com tiros que atingiram as costas e pernas de dois jovens Ka'apor e a cabeça do cacique da aldeia. Os jovens foram hospitalizados às pressas no município de Zé Doca (MA) e o cacique permaneceu na aldeia. Por sorte, não correram risco de morte, pois receberam a devida atenção de profissionais de saúde que atuam junto aos indígenas.

O madeireiro "Maradona", que comandou a ação violenta, encontra-se foragido. Diante das ameaças de fazendeiros e madeireiros, e o envolvimento de policiais militares com a "segurança privada" ligada aos agressores, os indígenas ficam receosos de registrar boletins de ocorrência em delegacias da região, além de ficarem temerosos de circular em vilas, povoados e cidades da região em razão das contínuas agressões à sua integridade física e à sua identidade, pois são povos da floresta. Lideranças são permanentemente seguidas e monitoradas por madeireiros na região. A convivência e envolvimento de prefeitos, vereadores, servidores e demais agentes públicos com a exploração madeireira tornam esses agressores reincidentes, imperando o descaso e a impunidade, o que somente confirma a falta de lei e rei no território maranhense, fato lamentável em razão da sofrida luta dos povos indígenas e das populações empobrecidas desse Estado.



Índios ganham casa de passagem na zona sul de Londrina

SÍTIO O DIÁRIO/LONDRINA, 14.01.2014

Juliana Leite

Desde a última quinta-feira (9) os índios da reserva do Apucarantina contam com uma casa de passagem na zona sul de Londrina. A acomodação é destinada àqueles que querem comercializar na cidade os produtos produzidos na aldeia. A estadia de quem precisa vir para Londrina é limitada até 20 dias.

Três famílias já chegaram e a previsão é que outras passem pelo local em breve. O espaço, que conta com um barracão, banheiros, cozinha e sala, fica nas imediações da Chácara São Miguel, onde funcionava a antiga Casa de Moagem. O terreno é do município e foram necessárias pequenas adequações para abrigar os índios.

"Já havia o barracão e ao lado tem a estrutura com banheiros e os comoditos. É um local para acolher bem a população indígena, com nenhum impedimento ambiental. A nossa escolha envolveu várias reuniões porque queríamos um espaço que eles concordassem em ficar", destacou a secretária municipal de Assistência Social, Tércia Lamônica Oliveira. A casa de passagem poderá atender até 20 famílias. O espaço será coordenado por funcionários indígenas, designados ao trabalho pelo cacique da reserva.

O povo indígena, ocupava até o ano passado o antigo Centro Cultural Kaingang, que fica na Avenida Dez de Dezembro, nas proximidades do 4º Distrito Policial (4ºDP). "Era uma condição ruim, uma estrutura mínima. Também havia riscos, pois estavam próximos a Via Expressa, onde ocorrem muitos acidentes", destacou.

A prefeitura ainda quer construir um espaço específico para os índios em Londrina, porém não tem recursos para tirar o projeto do papel. São estimados gastos de pelo menos R\$ 800 mil para as obras.



Tempos sombrios para os povos indígenas

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 14.01.2013

OIARA BONILLA

Os ataques aos povos indígenas começaram 514 anos atrás, e sempre foram pautados pela lógica de expansão territorial e econômica do país, atingindo períodos de particular crueldade, levando ao extermínio de populações inteiras e ao desaparecimento de grande parte da diversidade sócio-cultural do país. Hoje é possível dizer que estamos em um destes períodos. Desde novembro do ano passado, assistimos no Brasil a uma avalanche de agressões e ataques explícitos e diretos aos povos indígenas.

A Rodovia Transamazônica (BR 230) foi construída numa época particularmente atroz para os índios. Atravessando terras indígenas e retalhando implacavelmente a floresta, a estrada abriu brechas para a "colonização" da região, – isto é, para a extração de madeira, a criação extensiva de gado (mediante extenso desmatamento prévio) para, mais recentemente, possibilitar o plantio de soja, cana e demais commodities – hoje motores econômicos e justificativas "incontestáveis" das atrocidades mais atuais que continuam sendo cometidas.

Um dos territórios atravessados pela estrada é justamente o dopovo Tenharim, que ocupou a cena nos noticiários no final do ano e continua no centro das atenções. Atualmente, essa região, conhecida como sul do Amazonas, é campeã dedesmatamento, de grilagem e deviolências contra seringueiros, índios e pequenos agricultores. Desde os anos 1970, os Tenharim estão aguardando compensações por suas terras terem sido cortadas pela estrada, e pelas mortes acarretadas ao longo do processo de sua construção.

Uma investigação aparentemente inconclusa sobre a morte mal explicada de uma das principais lideranças Tenharim, seguida do desaparecimento de três não indígenas na região provocou um levante da população local contra os índios, gerando uma onda de violências, declarações e vociferações preconceituosas e racistas sem precedentes nas ruas dacidadade de Humaitá (AM). Diversas reportagens, relatos, comentários, fotografias e vídeos (onde, por exemplo, é possível ouvir gritos de alegria e comemorações durante asações violentas) nas redes sociais e namídia local estamparam a brutalidade do racismo de alguns moradores não-indígenas de Humaitá.

Este fato, que poderia ser considerado como um mero caso policial, infelizmente, não deve ser tratado como um caso isolado. Ele é o último de uma série cada vez mais massiva de agressões e ações abertamente preconceituosas e violentas contra os povos indígenas no país.

Impossível não lembrar, mais uma vez, da invasão da sede da Fundação Nacional do Índio por ruralistas em Campo Grande e do discurso de uma mulher desejando aos índios: "Morrá! Morrá!" no contexto doLeilão da Resistência. Organizado em dezembro de 2013 por fazendeiros e simpatizantes do agronegócio no Mato Grosso do Sul, o encontro arrecadou

CONT.



quase um milhão de reais para financiar milícias armadas – ou, oficialmente, “empresas de segurança privada” – destinadas a proteger as fazendas de eventuais retomadas de terra pelos Guarani, Kaiowá e Terena. Desde o início do século XX, os Guarani e Kaiowá foram espoliados sistematicamente de suas terras e obrigados a viver em exíguas reservas, ecologicamente devastadas, sem ter nenhuma outra perspectiva a não ser servir como mão de obra barata para os mesmos latifundiários que hoje ocupam e exploram suas terras tradicionais.

Há poucos dias, também no Mato Grosso do Sul, a investigação da morte de Oziel Terena foi declarada inconclusiva pela Polícia Federal. Em maio de 2013, o jovem indígena foi assassinado durante a reintegração de posse da Fazenda Buriti, uma das propriedades do ex-deputado Ricardo Bacha (PSDB) que incide sobre a terra indígena Buriti, declarada em 2010 como de ocupação tradicional. No mesmo dia, proprietários de terra recusavam indenizações milionárias oferecidas pelo governo como compensação pela devolução das terras aos índios. “Vamos para o pau!”, declarou publicamente Bacha, insatisfeito com os mais de 10 milhões de reais oferecidos a ele e sua família.

Ameaças, truculência, abuso de poder, disputa judicial interminável. A isso estão cotidianamente sujeitos os Guarani Nandeva da terra conhecida como Yvy Katu, no município de Japorã (MS), fronteira com o Paraguai. Eles esperam a homologação de sua terra há quase 10 anos, vivem acampados em suas próprias terras e anunciaram recentemente que resistirão à morte à execução de reintegrações de posse ou ações de pistoleiros contra sua permanência na área. O mesmo delegado responsável pela reintegração da Fazenda Buriti os ameaçou verbalmente na última ação realizada pela Polícia Federal em Yvy Katu. “Deus abençoe vocês”, respondeu quando os índios disseram que não deixariam sua terra. No Mato Grosso do Sul, dezenas de áreas indígenas aguardam demarcação ou homologação, em configurações semelhantes.

São inúmeros os casos, e não caberia aqui estabelecer uma lista sistemática dessa avalanche de agressões. O que nos parece mais importante é enfatizar que as tensões e os conflitos fundiários se dão em um contexto de ataques políticos e jurídicos intensos aos povos indígenas e a seus direitos constitucionalmente garantidos. De fato, o ano de 2013 foi também um ano de grandes ataques aos direitos indígenas no Congresso, levados a cabo principalmente pela bancada ruralista, que atualmente forma parte da base aliada do governo.

Ao menos trinta proposições sobre legislação indígena tramitam no Legislativo ou foram editadas pelo Executivo, todas afetam diretamente os povos indígenas. Estes projetos de lei e decretos dialogam diretamente com os ataques sofridos pelos indígenas; são uma resposta positiva às demandas das oligarquias agrárias e do agronegócio, principais motores da violência contra as populações originárias. Assim, esse verdadeiro rolo compressor – liderado e conduzido pela bancada ruralista, e praticado hoje no campo da legalidade e da ilegalidade pelo capital brasileiro e transnacional – está dando o tom da reedição da guerra de colonização.



Funai instala base na entrada da terra indígena de Awá

SÍTIO PORTAL BRASIL, 14.01.2014

Local irá atender não índios que serão notificados pela Justiça para saírem da área. Famílias serão encaminhadas para assentamentos

A infraestrutura da Base Avançada da Funai, localizada na entrada da Terra Indígena Awá, no município de São João do Caru, no Maranhão, já está pronta para atender os moradores não índios que serão notificados pela Justiça Federal para saírem da área.

Após receber a notificação, a família terá 40 dias para sair voluntariamente. Nesse intervalo elas poderão procurar a equipe do Incra, instalada na Base, para fazer o seu cadastramento, visando o assentamento em áreas que serão destinadas à reforma agrária.

O Incra vai cadastrar somente as famílias que vivem dentro da área e receberem a notificação da 5ª Vara da Justiça Federal no Maranhão. No ato do cadastramento é necessário apresentar a notificação judicial.

Na Base Avançada, equipes das Prefeituras de Zé Doca; São João do Caru; Governador Newton Belo e Centro Novo do Maranhão farão a inscrição das famílias notificadas no Cadastro Único (CadÚnico), no mesmo período em que elas forem cadastradas pelo Incra. É preciso estar inscrito no CadÚnico para ser assentado.

A inscrição no CadÚnico irá permitir as famílias ter acesso as políticas públicas do governo federal, como o Bolsa Família, Brasil Carinhoso e outras.

Durante o período da desintrusão, na Base Avançada, o governo federal irá oferecer outros serviços como o mutirão de documentação, para fornecer carteira de identidade, de trabalho e registro civil, plantão do INSS para verificar se trabalhadores rurais tem direito a aposentadoria e direitos trabalhistas.

Fonte:

Fundação Nacional do Índio



Boletim de Notícias - Edição nº 07./ 2014

Brasília, 15 de janeiro de 2014.

Pré-candidato à Presidência pelo PSOL participará da cerimônia da Lavagem do Bonfim, em Salvador

SÍTIO PORTAL PSOL 50, 14.01.2014

Leonor Costa, do site do PSOL Nacional

Randolfe vai à capital baiana a convite dos militantes do PSOL no Estado. Na ocasião, senador também visitará quilombo Rio dos Macacos e se reunirá com movimentos sociais

O senador e pré-candidato à Presidência da República pelo PSOL, Randolfe Rodrigues (AP), participa nesta quinta-feira (16) da principal festa religiosa de Salvador e uma das maiores manifestações populares do Brasil, a Lavagem do Bonfim. Celebrada sempre na segunda quinta-feira do ano, na lavagem milhares de pessoas vestidas de branco (numa homenagem a Oxalá, divindade do candomblé que é associada ao Senhor Bom Jesus do Bonfim) seguem em animado cortejo da Basílica da Conceição da Praia, no bairro do Comércio, até a Colina Sagrada, no Bonfim, num percurso de oito quilômetros. Uma queima de fogos de artifício anuncia o início da caminhada. Em seguida, as baianas, com seus jarros de flores e água de cheiro (mistura de seiva de alfavema com água de flores) seguem em direção à Colina para lavar o adro e as escadarias da Igreja do Bonfim. Autoridades, fiéis, pagadores de promessa e foliões acompanham o cortejo a pé, em carroças e caminhões enfeitados.

Randolfe estará acompanhado do presidente do PSOL Nacional, Luiz Araújo, do pré-candidato do PSOL ao governo do Estado, Marcos Mendes, e de militantes do partido na Bahia. "A Lavagem do Bonfim é uma das maiores festas do país, em que são preservadas as tradições religiosas e culturais do povo baiano, com seu belo sincretismo. Vamos ver de perto essa celebração e levar o nosso respeito às representações religiosas", explica o pré-candidato do PSOL e senador Randolfe Rodrigues.

Visita a quilombo e reunião com movimentos sociais

No dia anterior à festa da Lavagem do Bonfim, o senador e o presidente do PSOL visitarão o quilombo Rio dos Macacos. Recentemente dois irmãos quilombolas foram agredidos e detidos por oficiais da Marinha, na Base Naval de Aratu, quando tentavam retornar ao quilombo, onde moram. Alvo de uma disputa judicial, o quilombo fica em uma área controlada pela Marinha e os moradores, para chegarem a suas casas, são obrigados a passar por um portão controlado pelos militares.

Segundo informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o governo federal tenta acordo para transferir os moradores para outro terreno da União, mas os quilombolas, que há várias gerações ocupam a área, resistem em sair do local. Estudo técnico realizado pelo Instituto

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 07./ 2014

Brasília, 15 de janeiro de 2014.

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apurou detalhes sobre a ocupação e reconheceu a área como terreno quilombola.

Ainda na quarta-feira (15) à tarde, o senador se reunirá com lideranças de movimentos sociais para receber deles reivindicações que serão consideradas na elaboração do programa à eleição presidencial.

Sobre a Lavagem do Bonfim

Nesta quarta-feira (15), a festa receberá, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o título de Patrimônio Imaterial Nacional.

As homenagens tiveram início em 1754, quando a imagem do Senhor Crucificado – trazida em 1745 pelo Capitão do Mar e Guerra da Marinha Portuguesa, Teodósio Rodrigues – foi transferida da Igreja da Penha, em Itapagipe, para a sua própria Igreja, na Colina Sagrada. A tradição de lavar o adro da igreja com água de cheiro nasceu do trabalho dos escravos, que faziam a preparação do local para a novena em louvor ao Senhor Crucificado.

A lavagem foi proibida pela Arquidiocese de Salvador, em 1889, mas voltou a ser realizada nos anos 1950, com a participação de adeptos do candomblé. Hoje, reúne fiéis de todas as crenças e credos.



Orquestra Quilombola do Curiaú concorre a prêmio nacional

SÍTIO DIÁRIO DO AMAPÁ, 14.01.2014

Selecionado como o melhor projeto social do Amapá, em 2012, a Orquestra Quilombola do Curiaú, a 1ª do Brasil, está concorrendo com mais seis outros indicados do estado, ao 3º prêmio ANU, promovido pela Central Única da Favela (Cufa), Rio de Janeiro, para ser o melhor do país. Essa instituição tem objetivo de reconhecer publicamente iniciativas desenvolvidas em favelas e demais espaços em desvantagens sociais.

O projeto funciona na escola, José Bonifácio, dentro do Quilombo do Curiaú, possibilitando o acesso das crianças, adolescentes, jovens e de toda comunidade local. Com 70 integrantes, alunos de 5ª a 8ª série, professores da escola e outros jovens da comunidade quilombola, além de monitores. A Orquestra é composta por instrumentos de cordas friccionadas, bem como violinos, violas, violoncelos e contrabaixo acústico, instrumentos de sopros e percussão erudita, tendo como instrutor o maestro amapaense, Elias Sampaio.

Para eleger a Orquestra Quilombola do Curiaú, o melhor projeto social do Brasil, votem pelo site: http://www.premioanu.com.br/projeto_voto.php?est=AP, a premiação será entregue em cerimônia no dia 20 de fevereiro, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Os outros indicados do Amapá são: Barca das Letras; Projeto Acolhendo a Vida; Projeto Ferreirinha e Projeto Implantação de Viveiros de Mudanças de Plantas Frutíferas Tropicais.

Com novo helicóptero, Marinha agiliza atendimento a ribeirinhos no Pantanal
SÍTIO MS EM DIA, 15.01.2013



Novo helicóptero tem capacidade para o transporte de seis pessoas (Foto: Anderson Gallo)

Ladário (MS) - O Comando do 6º Distrito Naval de Ladário conta agora com mais um helicóptero integrando a frota do 4º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral. Com a N-7057, o esquadrão passa a ter três aeronaves para atendimentos diversos à população, como prestação de primeiros-socorros, auxílio em situações de incêndio, além da guarnição da fronteira.

“O importante é que a comunidade local veja a relevância que a Marinha do Brasil está dando à nossa fronteira oeste. Estava previsto recebermos mais uma aeronave e ela chegou no final de semana [no sábado, dia 11] aumentando nossa capacidade operativa. Precisamos ter três aeronaves, pois em determinada época do ano há a necessidade de revisões, sendo necessário afastá-las das atividades. Com essa aeronave, podemos prestar um melhor atendimento social, em caso de resgates, de socorros, de evacuação aeromédica, aumentando também nosso poderio bélico”, explicou o comandante do 6º Distrito Naval, contra-almirante Edervaldo Teixeira de Abreu Filho.

O novo helicóptero tem capacidade para o transporte de seis pessoas e desde já, passa a integrar as atividades do Esquadrão HU-4. “Esta é uma aeronave que tem o valor de 4 milhões de reais. Foi reformada em Itajubá, Minas Gerais, e enviada ao 6º Distrito Naval. A aeronave estava em São Pedro da Aldeia, foi construída na década de 80, reformada e hoje, temos um veículo praticamente novo. O 6º Distrito Naval adquiriu também dois navios novos, um para carregamento de tropa e outro para o serviço de sinalização náutica”, destacou o contra-almirante.

O comandante do Esquadrão HU-4, Alexsander Moreira dos Anjos, informou que em 2013, foram realizadas seis evacuações aeromédicas, atendendo a situações adversas com ribeirinhos, como picadas de cobra, perigo gestacional e acidentes diversos. “No ano passado, o Esquadrão prestou apoio a seis evacuações aeromédicas atendendo as regiões de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Com essa nova aeronave, os serviços ganham maior agilidade,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 07./ 2014

Brasília, 15 de janeiro de 2014.

seja em socorro médico, auxílio em combate a pequenos focos de incêndio e proteção das fronteiras”, frisou.

12 mil horas

Em novembro de 2013, o 4º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral, subordinado ao Comando do 6º Distrito Naval, completou 12 mil horas de voo, desde a sua criação em 16 de maio de 1995. O Gavião Pantaneiro, como é chamado o esquadrão por conta de sua ave símbolo, cumpre tarefas de esclarecimento, busca e salvamento, evacuação aeromédica e transporte de pessoal e material.

Grande parte das 12 mil horas de voo foi conquistada em missões operativas, embarcado ou de terra, como a Ribeirex, Aspirantex, Ninfa, Platina, Acrux, Brasbol, Quebracho e Cáceres, além das inspeções navais nos rios Paraguai, Tietê, Paraná e Paranapanema. O Esquadrão também participou de operações conjuntas, como Anhanduí e Ágata.

“Apesar de Belo Monte, a vida é bela”, por Claret Fernandes

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.01.2014



Homenagem deste blog aos Munduruku: União em Belo Monte. Foto – Lunae Parracho (REUTERS)

Claret Fernandes, especial para Combate Racismo Ambiental

O filme ‘A vida é bela’ do italiano Roberto Benigni guarda uma semelhança sinistra com Belo Monte, barragem privada financiada com dinheiro público em fase de construção desde junho de 2011, no rio Xingu, Amazônia brasileira: o efeito ilusório!

A película lançada em dezembro de 1997 obteve grande sucesso em grande parte pela sua capacidade criativa de esconder a verdade dos fatos. O contexto é o da Segunda Guerra Mundial. O personagem Guido, um judeu, e seu filho pequenino são levados para o campo de concentração nazista. Preocupado com o menino, Guido usa sua imaginação fértil para fazê-lo crer que todo aquele terror não passava de uma brincadeira. O menino se entusiasma e, mesmo questionado por outras crianças de sua idade, buscando convencê-lo de que estão todos condenados à morte, ele segue animado com a possibilidade de ser um dos vencedores ao final da suposta gincana.

Benigni zomba da crueldade! À noite, antes de dormir, dois personagens, Guido e Ferruccio Papini, fazem brincadeiras com o filósofo alemão, Arthur Schopenhauer, o escritor favorito de Adolf Hitler.

CONT.



Esse efeito ilusório, que transforma um campo de concentração nazista em brincadeira de gente grande e pequena, ocorre atualmente em Belo Monte. A diferença é que Benigni o faz por amor ao filho e os detentores do poder em Belo Monte, e seus sequazes, o fazem pelo cinismo macabro de acumulação de capital a qualquer custo.

Um projeto de intervenção capitalista dentro de um plano neocolonial da Amazônia se apresenta com ares de filantropia. Nos discursos oficiais, construir barragem aqui vira condicionante para garantia de direitos elementares de populações empobrecidas e de energia para o desenvolvimento do país. Esse discurso transforma os atingidos terrivelmente impactados em 'beneficiários' do projeto e equipamentos estranhos, como as previstas barragens-plataforma, em elementos de harmonia e preservação da natureza.

Quando o questionamento vai fundo, meninos de recado do governo federal apelam e afirmam que o bem de todos exige o sacrifício de alguns. É o cúmulo do cinismo! E da mentira! O bisturi que corta o Xingu, e sangra o seu povo, tira um bem natural de uso comum e o torna um recurso privado.

Prometem-se três bilhões e meio de reais a título compensação ambiental e social. Se esse dinheiro existe, ele é investido a bel prazer da Norte Energia, empresa que congrega os gigantes donos de Belo Monte.

Prometem-se diversas obras com o Xingu Sustentável nos onze municípios de influência de Belo Monte. É verdade que algumas delas aqui e ali saem, mas em todas há muitas pendências. Há estudantes que morrem de calor em suas escolas, por exemplo, porque a reforma do prédio em nome da Norte Energia não considerou o redimensionamento energético para o ar condicionado.

O recurso do Xingu Sustentável, um total de 500 milhões que estão sendo aplicados em longos 20 anos, vem, na verdade, do bolso dos brasileiros, através dos custos exorbitantes das contas de luz, e, não, do cofre dos donos de Belo Monte. Eles levam a fama, mas o povo é que paga a conta.

Existem obras, é verdade, mas há muito mais placas! E com a aproximação do período eleitoral, há políticos de tudo enquanto é cor e tendência que buscam agarrar-se a essas placas.

À Norte Energia interessam as fotos, que garantem a formalidade, se é que precisa disso. Ela manda e desmanda no pedaço! Aos políticos das diversas esferas, o que lhes interessa é colar suas imagens nessas migalhas de obras para sua perpetuação no poder. Onde existe a negação histórica do direito, qualquer coisinha serve, e já rende votos, e a política pública como garantia constitucional sai atropelada.

Quase sempre, as obras não condizem com as reais necessidades do povo. Brasil Novo sofre com problemas de abastecimento de água, na sua quantidade e qualidade. Altamira padece com o caos social. Vitória do Xingu, com nove milhões mensais de ISS, deixa quase mil famílias acampadas há mais de um ano. Souzel tem problemas crônicos com o serviço de

CONT.



energia. Vilas ao longo da Transamazônica, algumas com mais de 500 famílias, não podem ter um freezer maior, pois a rede de energia não suporta.

Parabéns a Benigni pelo efeito ilusionista por amor ao seu filho. Parabéns, também, ao povo da Amazônia, que vem descobrindo a verdade escondida sob o manto da ilusão. Apesar da eficiência dos detentores de Belo Monte, com seus efeitos especiais, transformando mentiras lavadas em verdades (quase) inquestionáveis, a verdade começa a prevalecer. Por ora ainda se invertem os fatos, transformando as vítimas em culpados, mas isso não deve durar por muito tempo.

Raimundo, morador de Assurini, vai ao escritório da Norte Energia e reclama dos estouros de pedras, que ocorrem duas vezes ao dia, às seis e dezoito horas; eles estão provocando rachaduras em sua casa. A empresa apenas responde que as bombas estão dentro do padrão. Ou seja: a casa de Raimundo, morador ribeirinho há anos, é que está fora do lugar e do padrão.

Indígenas se organizam, resistem, lutam por seus direitos. Agora se dispersam! Muitos estão perdidos nas ruas de Altamira, vítimas da miséria e do preconceito. Mas Edson Lobão, Ministro de Minas e Energia, com sua cara lavada, afirma de pés juntos que nenhum índio é molestado em Belo Monte.

Fala-se de reassentamento urbano coletivo para as mais de trinta mil pessoas moradoras próximas ao Xingu em Altamira. Espalham-se panfletos colocando casas de alvenaria de três tipologias. O que se está construindo, porém, são casas de concreto em loteamento.

A partir de hoje, 15 de janeiro de 2014, se inicia o processo de transferência de um grupo de famílias a cada dia para esses loteamentos. É um dia histórico! E penso que o efeito ilusório, por forte que seja, vai romper-se antes que as trinta mil pessoas atingidas se transfiram para lá. Ou recebam míseras indenizações.

Há três cenários possíveis: muita bala de açúcar para adoçar a vida, alguma bala de chumbo para intimidar os ânimos exaltados ou uma rebeldia organizada pela garantia do direito enquanto é tempo.

Não basta estarmos certos; é preciso força popular para fazer valer a nossa verdade! Ajudar na organização do povo é a nossa principal tarefa!

Lá na obra, funcionário do médio escalão informa que houve festa em comemoração ao pequeno número de acidentes durante o ano de 2013: teriam sido apenas dois! Não sei quantos morreram em cada um desses acidentes. Nem sei que critério se usou para se chegar a esse número. Incrível! Mas faz parte do jogo da ilusão.

O que se sabe é que, infelizmente, morre gente todos os dias, dentro e fora dos canteiros, e a imensa maioria dessas mortes tem relação direta ou indireta com Belo Monte.

Além de esconder a verdade, a ilusão possibilita transformar tragédias em negócio rentável. A
CONT.



morte solta rende muitos cifrões! Aos assassinatos por encomenda, que continuam na região, somam-se, agora, as mortes provocadas pela violência da expansão do capital patrocinada pelo Estado brasileiro.

Operários de outras regiões vitimados em acidentes fatais são embrulhados em bolsas próprias e, depois, devidamente preparados, enviados à sua terra de origem. Isso gira um comércio considerável!

Localmente, há convênios com funerárias que, a preços salgados, oferecem serviços completos. As salas de velório são aconchegantes com ambiente climatizado. Ali os corpos bem tratados, de pessoas que perderam a vida antes do tempo, refrescam a cabeça dos parentes condoídos e evitam comoções indesejáveis.

Belo Monte, à semelhança do filme de Benigni, é também do gênero comédia trágica. É como o fato ocorrido recentemente no hospital do câncer, em Muriaé MG. Um homem, buscando consolar o esposo de uma mulher muito querida internada ali, em fase terminal, diz-lhe: 'É uma honra para qualquer um de nós morrer num lugar assim, tão cheio de recurso e tão bonito!'.

O nome do filme 'A vida é bela', segundo o próprio Benigni, é uma citação de Léon Trotsky. Aguardando a morte no exílio, ele escreve que, apesar de tudo, a vida é bela.

Pode-se parafrasear Trotsky, com um pequeno adendo: apesar de tudo, a vida é bela, pois a verdade há de revelar-se e a soberania de nosso país há de impor-se pela força do poder popular.



Municípios do Rio recebem equipamentos para facilitar escoamento da agricultura familiar

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.01.2014

Cristina Indio do Brasil* - Agência Brasil

Rio de Janeiro – Ontem (14), na cidade de Sapucaia (RJ), 20 municípios, com até 50 mil habitantes e representativos na agricultura familiar do estado do Rio, receberam equipamentos que serão empregados na conservação, manutenção e abertura de estradas vicinais usadas no escoamento da produção e também nos serviços de terraplanagem. Os equipamentos foram adquiridos com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2).

As prefeituras em geral não têm os equipamentos necessários para a manutenção e abertura de estradas vicinais. Na semana que vem haverá um treinamento com dois operadores de cada município para que os equipamentos possam ser usados imediatamente. “A partir do fim do treinamento, no dia 23, as máquinas já podem ser utilizadas para apoio aos agricultores familiares”, disse o delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), José Otávio Câmara Fernandes. “Isso [a aquisição dos equipamentos] alivia os custos de transporte para o produtor e possibilita um escoamento, tirando inclusive das mãos dos atravessadores”.

Desde o começo da entrega dos equipamentos em 2012, este é o quarto lote dentro do PAC2, que estabeleceu a doação deste tipo de equipamentos a todos os municípios do Brasil com menos de 50 mil habitantes. “Por meio de um estudo foi verificado que esses municípios concentram a população rural, onde, em geral, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é mais baixo e está concentrada uma população mais pobre. Tem um sentido de possibilitar a inclusão produtiva desses setores menos privilegiados e com mais dificuldade de conseguir a inclusão econômica”, disse.

De acordo com Fernandes, foram entregues 55 retroescavadeiras e 30 motoniveladoras e faltam ser doados 80 equipamentos às prefeituras. “Todos os 55 municípios que têm direito a receber esses equipamentos pelo PAC 2 vão receber uma motoniveladora, uma retroescavadeira e um caminhão caçamba. Ao todo serão 165 equipamentos”, disse.

No dia 31 deste mês, em mais uma etapa do programa, segundo o delegado do ministério, serão entregues 20 caminhões caçamba. Os municípios receberam as retroescavadeiras e até o final de março receberão as motoniveladoras. “A gente tem que entregar as máquinas até o final de março, porque depois de abril existe uma proibição da lei eleitoral e o processo de entrega de equipamentos vai ser suspenso. Mas outras políticas do MDA vão prosseguir independente de ser um ano eleitoral ou não”.

Fernandes informou que a utilização dos equipamentos tem fiscalização da própria sociedade por meio de sindicatos e movimentos sociais ligados à questão da terra, mas o ministério também fiscaliza para verificar se foram usados na área urbana. Se isso ocorrer, a denúncia pode ser feita ao MDA.

CONT.



Na avaliação do delegado, os governos federal, estadual e municipal precisam investir mais na agricultura familiar no Rio de Janeiro, onde a atividade está aquém do potencial. "O nosso estado é visto como tendo como principais atividades econômicas o turismo, o setor de serviços e a indústria do petróleo. É preciso um investimento maior na agricultura familiar, porque potencial existe, mas não tem sido muito utilizado e faz com que o Rio de Janeiro seja um importador de alimentos. Fatalmente vai ser importador de alimentos, mas caso se desenvolver, de acordo com o potencial que a agricultura familiar tem no estado, vai importar muito menos", disse.

Esse investimento, de acordo com o representante do MDA, pode desenvolver mais a produção de alimentos orgânicos no estado. "No Rio de Janeiro hoje já existe o desenvolvimento de uma consciência agroecológica voltada para a produção orgânica de alimentos, que têm maior qualidade", disse.

O prefeito de São Sebastião do Alto, Carmod Bastos, disse que, para o município, que fica na região serrana, a chegada dos equipamentos além de incentivar a produção local vai melhorar as condições das estradas. A situação costuma se agravar no início do ano, durante o período de chuvas. "As ações preventivas serão mais eficientes e com soluções em tempo mais curto", informou.

O prefeito acredita que o escoamento no pico da produção do município em agosto será facilitado. "A nossa expectativa agora é atacar os piores trechos e depois abrir novos para as propriedades rurais poderem escoar", disse. As principais atividades econômicas de São Sebastião do Alto são a agricultura e a pecuária.

*Edição: Fábio Massalli

Tempos sombrios para os povos indígenas, por Oiara Bonilla

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.01.2014



Por Oiara Bonilla, em Amazônia Real

Os ataques aos povos indígenas começaram 514 anos atrás, e sempre foram pautados pela lógica de expansão territorial e econômica do país, atingindo períodos de particular crueldade, levando ao extermínio de populações inteiras e ao desaparecimento de grande parte da diversidade sócio-cultural do país. Hoje é possível dizer que estamos em um destes períodos. Desde novembro do ano passado, assistimos no Brasil a uma avalanche de agressões e ataques explícitos e diretos aos povos indígenas.

A Rodovia Transamazônica (BR 230) foi construída numa época particularmente atroz para os índios. Atravessando terras indígenas e retalhando implacavelmente a floresta, a estrada abriu brechas para a “colonização” da região, – isto é, para a extração de madeira, a criação extensiva de gado (mediante extenso desmatamento prévio) para, mais recentemente, possibilitar o plantio de soja, cana e demais commodities – hoje motores econômicos e justificativas “incontestáveis” das atrocidades mais atuais que continuam sendo cometidas.

Um dos territórios atravessados pela estrada é justamente o do povo Tenharim, que ocupou a cena nos noticiários no final do ano e continua no centro das atenções. Atualmente, essa região, conhecida como sul do Amazonas, é campeã de desmatamento, de grilagem e de

CONT.



violências contra seringueiros, índios e pequenos agricultores. Desde os anos 1970, os Tenharim estão aguardando compensações por suas terras terem sido cortadas pela estrada, e pelas mortes acarretadas ao longo do processo de sua construção.

Uma investigação aparentemente inconclusa sobre a morte mal explicada de uma das principais lideranças Tenharim, seguida do desaparecimento de três não indígenas na região provocou um levante da população local contra os índios, gerando uma onda de violências, declarações e vociferações preconceituosas e racistas sem precedentes nas ruas da cidade de Humaitá (AM). Diversas reportagens, relatos, comentários, fotografias e vídeos (onde, por exemplo, é possível ouvir gritos de alegria e comemorações durante as ações violentas) nas redes sociais e na mídia local estamparam a brutalidade do racismo de alguns moradores não-indígenas de Humaitá.

Este fato, que poderia ser considerado como um mero caso policial, infelizmente, não deve ser tratado como um caso isolado. Ele é o último de uma série cada vez mais massiva de agressões e ações abertamente preconceituosas e violentas contra os povos indígenas no país.

Impossível não lembrar, mais uma vez, da invasão da sede da Fundação Nacional do Índio por ruralistas em Campo Grande e do discurso de uma mulher desejando aos índios: "Morram! Morram!" no contexto do Leilão da Resistência. Organizado em dezembro de 2013 por fazendeiros e simpatizantes do agronegócio no Mato Grosso do Sul, o encontro arrecadou quase um milhão de reais para financiar milícias armadas – ou, oficialmente, "empresas de segurança privada" – destinadas a proteger as fazendas de eventuais retomadas de terra pelos Guarani, Kaiowá e Terena. Desde o início do século XX, os Guarani e Kaiowá foram espoliados sistematicamente de suas terras e obrigados a viver em exíguas reservas, ecologicamente devastadas, sem ter nenhuma outra perspectiva a não ser servir como mão de obra barata para os mesmos latifundiários que hoje ocupam e exploram suas terras tradicionais.

Há poucos dias, também no Mato Grosso do Sul, a investigação da morte de Oziel Terena foi declarada inconclusiva pela Polícia Federal. Em maio de 2013, o jovem indígena foi assassinado durante a reintegração de posse da Fazenda Buriti, uma das propriedades do ex-deputado Ricardo Bacha (PSDB) que incide sobre a terra indígena Buriti, declarada em 2010 como de ocupação tradicional. No mesmo dia, proprietários de terra recusavam indenizações milionárias oferecidas pelo governo como compensação pela devolução das terras aos índios. "Vamos para o pau!", declarou publicamente Bacha, insatisfeito com os mais de 10 milhões de reais oferecidos a ele e sua família.

Ameaças, truculência, abuso de poder, disputa judicial interminável. A isso estão cotidianamente sujeitos os Guarani Nandeva da terra conhecida como Yvy Katu, no município de Japorã (MS), fronteira com o Paraguai. Eles esperam a homologação de sua terra há quase 10 anos, vivem acampados em suas próprias terras e anunciaram recentemente que resistirão à morte à execução de reintegrações de posse ou ações de pistoleiros contra sua permanência na área. O mesmo delegado responsável pela reintegração da Fazenda Buriti os ameaçou verbalmente na última ação realizada pela Polícia Federal em Yvy Katu. "Deus abençoe vocês", respondeu quando os índios disseram que não deixariam sua terra. No Mato Grosso do Sul, dezenas de áreas indígenas aguardam demarcação ou homologação, em configurações

CONT.



semelhantes.

São inúmeros os casos, e não caberia aqui estabelecer uma lista sistemática dessa avalanche de agressões. O que nos parece mais importante é enfatizar que as tensões e os conflitos fundiários se dão em um contexto de ataques políticos e jurídicos intensos aos povos indígenas e a seus direitos constitucionalmente garantidos. De fato, o ano de 2013 foi também um ano de grandes ataques aos direitos indígenas no Congresso, levados a cabo principalmente pela bancada ruralista, que atualmente forma parte da base aliada do governo.

Ao menos trinta proposições sobre legislação indígena tramitam no Legislativo ou foram editadas pelo Executivo, todas afetam diretamente os povos indígenas. Estes projetos de lei e decretos dialogam diretamente com os ataques sofridos pelos indígenas; são uma resposta positiva às demandas das oligarquias agrárias e do agronegócio, principais motores da violência contra as populações originárias. Assim, esse verdadeiro rolo compressor – liderado e conduzido pela bancada ruralista, e praticado hoje no campo da legalidade e da ilegalidade pelo capital brasileiro e transnacional – está dando o tom da reedição da guerra de colonização.

Descendentes de escravos denunciam agressões militares no Brasil

SÍTIO ENVOLVERDE, 15.01.2014



Protesto dos quilombolas de Rio dos Macacos contra a ocupação de sua terra e a violação de seus direitos pela base naval. Foto: Coha.org

Rio de Janeiro, Brasil, 15/1/2014 – Descendentes de antigos escravos da comunidade Rio dos Macacos, na Bahia, denunciaram junto à Organização das Nações Unidas (ONU) agressões militares da base naval Aratu, que ocupa suas terras. Um dos líderes do quilombo e sua irmã, Ednei Messias e Rosimeire dos Santos, afirmaram que foram golpeados por militares no dia 6 deste mês, diante das filhas dela, antes de serem detidos por quatro horas, até que organizações humanitárias conseguiram que fossem libertados.

Ednei, de 28 anos, contou à IPS que o incidente foi o mais recente episódio das frequentes ameaças e intimidações que sofrem as 70 famílias residentes no quilombo, comunidades coletivas remotas onde se assentaram escravos afrodescendentes que conseguiam fugir ou obtinham a liberdade.

No dia 10 deste mês, organizações humanitárias apresentaram o caso ao Grupo de Trabalho de Especialistas da ONU sobre afrodescendentes e a outras três entidades das Nações Unidas. Também preparam a documentação para denunciar a agressão perante a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CUDH).

Em Rio dos Macacos lutam há cinco décadas para conseguirem o título de propriedade de sua terra, localizada na península São Tomé de Paripe, nos limites entre os municípios de Simões Filho e a capital, Salvador. Há dados da existência do quilombo desde há 150 anos e vestígios de escravos refugiados ali desde há 238 anos. A escravidão no Brasil foi abolida em 1888, décadas após a independência de Portugal, em 1822.

CONT.



A área de 300 hectares é centro de uma disputa judicial e territorial desde a década de 1960, quando, durante a ditadura militar (1964-1985), foi ocupada pelas forças armadas, que estabeleceram ali uma base naval e uma vila para os militares e suas famílias.

Há dois anos a justiça decidiu a favor da comunidade, mas o Estado apelou da sentença e enquanto isso os quilombolas (habitantes do quilombo) continuam forçados a atravessar a vila para ir e vir de sua comunidade. "A violência é constante, nos tiram o direito de ir e vir da comunidade, inclusive muitas vezes as ambulâncias não podem entrar para prestar auxílio médico", detalhou Ednei.

Ele e sua irmã Rosimeire, de 35 anos, denunciaram que foram agredidos por militares navais com socos, e ameaçados com armas de fogo. Ela também foi vítima de agressões sexuais. Tudo começou quando foram abordados por soldados da vila naval, ao retornarem de um município próximo, onde matricularam as filhas de Rosimeire, de 17 e seis anos, para o próximo ano letivo.

"Um sargento, que já nos ameaçara antes, e outros cinco homens armados abriram à força a porta do meu automóvel e começaram a me bater. Minha irmã também apanhou muito, até ficar seminua. As meninas estavam aterrorizadas", contou Ednei. Os dois irmãos foram soltos somente quando funcionários da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e advogados de movimentos afro-brasileiros foram até o local.

Paradoxalmente, a base naval de Aratu é o destino preferido dos presidentes brasileiros para descansar no recesso de final de ano. A presidente Dilma Rousseff esteve no lugar até dia 5, véspera da denunciada agressão.

"Não confiamos mais no governo. Não se entende porque, no Brasil atual, a tortura continue acontecendo como em tempos de escravidão. Ainda estamos lutando por nossa carta de alforria", protestou Rosimeire. "Já não saio com minhas filhas por medo de ser morta na frente delas. Nos disseram que quando tirassem o uniforme iam arrebentar nossas cabeças a tiros", acrescentou.

"Dois homens se puseram sobre mim, um colocou minha cabeça entre suas pernas, com minhas calças já baixadas e meus seios à mostra. Foi uma humilhação total, com uma arma em minha cabeça cuspiam no meu rosto", continuou Rosimeire, ainda angustiada. Depois afirmou que em Rio dos Macacos "pode acontecer um verdadeiro massacre", se não acabar a violência cotidiana que suportam. "Nosso território não se vende, não se troca e tampouco se negocia. Sou daqui, nasci, cresci e é aqui que vivo, onde minha mãe tem enterrada nossa família", ressaltou emocionada.

Na Relatoria Técnica de Identificação e Delimitação, concluída em agosto de 2012 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, foi constatado que os moradores da comunidade descendem de escravos de fazendas que produziam açúcar para o engenho de Aratu durante o período colonial. Mas a comunidade continua sem obter a titularidade de seus 300 hectares, aos quais tem direito por ser remanescente de quilombo.

Em outubro de 2012, um tribunal federal decidiu a favor da desocupação da área pela marinha,



mas o processo está bloqueado enquanto se resolve a apelação apresentada pela Defensoria Pública, que no dia 8 deste mês pediu à marinha que esclareça com urgência o ocorrido com Ednei e Rosimeire.

No dia seguinte, um grupo de movimentos sociais lançou um manifesto contra as agressões aos residentes da comunidade, no qual defende o reconhecimento do quilombo e de sua terra. Também exigiu a construção de uma rota de acesso ao quilombo que não atravessasse a vila naval, para evitar o agressivo controle militar da entrada e saída de seus moradores.

No dia 10, três dessas organizações denunciaram o caso junto a três relatorias especiais da ONU: da Esfera dos Direitos Culturais, da Moradia Adequada, da Situação dos Defensores dos Direitos Humanos, além do Grupo de Trabalho sobre Afrodescendentes, que visitou o país em dezembro.

“Nesta comunidade não se nota que a ditadura militar acabou”, queixou-se à IPS a advogada Marisa Viegas, da Justiça Global, uma das organizações denunciantes. “Os militares continuam agindo de forma repressiva contra os residentes e estes não podem manter mínimas condições de vida”, acrescentou. Essa organização acompanha o caso de Rio dos Macacos há uma década. Segundo a advogada, foram atacadas duas pessoas que defendem os direitos humanos do quilombo.

Segundo Marisa, os direitos culturais, de moradia e de liberdade estão em xeque nessa comunidade e os quilombolas sofrem com a restrição de seus direitos porque não podem circular livremente, nem receber visitas ou construir moradia adequada. A Constituição brasileira reconhece o direito das comunidades quilombolas, recordou. “Mas, na prática, se faz o contrário, ao se pressionar para que as pessoas deixem suas terras”, denunciou.

Marisa afirmou que o Estado descumpra compromissos internacionais de não violar nem deixar que violem os direitos dos moradores dos quilombos. “Neste caso é o próprio Estado que os viola, o que é duplamente grave”, enfatizou.

Um comunicado da Marinha informou que está sendo feita uma investigação sobre a denúncia com o auxílio do Ministério Público, “para determinar os fatos, as circunstâncias e as responsabilidades”. Além disso, a instituição ressaltou que a investigação será feita “com transparência e imparcialidade”, acrescentando que os militares acusados do ataque estão preventivamente afastados de suas funções. Envolverde/IPS (IPS)



São Paulo (SP) – Arquivo Público inicia processo de restauro do jornal abolicionista 'A Redempção'

SÍTIO DEFENDER.ORG, 15.01.2014

Exemplares de 1887 e 1888 vieram do IHGSP, fragilizados e em pedaços; montagem dos fragmentos durou cerca de um mês.



A equipe técnica do Núcleo de Conservação do Arquivo Público do Estado de São Paulo iniciou o tratamento de restauro dos únicos exemplares conhecidos do jornal abolicionista 'A Redempção'. O jornal era impresso em uma tipografia localizada na Confraria da Nossa Senhora dos Remédios, da qual o redator chefe, Dr. Antônio Bento, foi provedor.

Ele liderava o movimento abolicionista dos 'caifazes', grupo clandestino que promovia ações de resgate de escravos, escondendo e contrabandeando-os para lugares mais seguros, como o quilombo do Jabaquara, em Santos. O grupo tinha centenas de participantes, de todas as classes sociais.

O jornal circulou em São Paulo de 2 de janeiro de 1887 até a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. 'A Redempção' foi um jornal combativo, de cunho manifestamente popular, sempre repleto de ataques a fazendeiros, políticos e a outros jornais que defendiam a instituição escravista. Pelo seu papel na luta contra os escravocratas, o periódico tornou-se uma fonte valiosa para os historiadores e ferramenta para a pesquisa do processo de abolição em São Paulo. Ainda assim, devido a sua raridade e precariedade, o jornal permanece pouco estudado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 07./ 2014

Brasília, 15 de janeiro de 2014.

Os exemplares sob a guarda do Arquivo Público do Estado vieram do IHGSP (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo), fragilizados e em pedaços. O trabalho de montagem dos fragmentos do jornal consumiu um mês de trabalho contínuo, com a ajuda de pinças e cópias de microfilme dos exemplares existentes na Biblioteca Lamont da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

Nesse trabalho, foram descobertos sete exemplares que se imaginavam perdidos, formando uma coleção de 132 números do jornal. Pelo que se sabe, foram editados 138 edições no período.

O trabalho que está sendo feito nos exemplares do 'A Redenção' precisa passar ainda por um banho para diminuir a acidez do papel e, posteriormente, de pequenos reparos e velatura, utilizando folhas de papel japonês. Após o restauro, os exemplares serão digitalizados em alta resolução e disponibilizados ao público nas páginas do site do Arquivo Público.

A apresentação do periódico contará com textos da professora Dra. Maria Helena Machado, da USP, especialista do tema da Abolição e de Alexandre Otsuka, que vem estudando essa fonte excepcional para a história do movimento abolicionista no Brasil. Do Arquivo Público do Estado

Fonte: Portal do Governo do Estado de São Paulo



Prefeito de Varzelândia é suspeito de tentar matar líder quilombola

SÍTIO BLOG DO WELLINGTON FLAGG, 15.01.2014

Segundo OAB-MG, conflitos de terra teriam se acentuado depois que grupo conseguiu posse de mais de 17 mil hectares; fazenda do prefeito estaria compreendida nessa área

O prefeito Felisberto Rodrigues Neto (PSB), da cidade de Varzelândia, no Norte de Minas, é suspeito de tentar matar o líder da Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos, José Carlos de Oliveira Neto, conhecido como "Véio", na última quinta-feira (9). Segundo o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG), Willian Santos, o crime aconteceu depois que o grupo conseguiu, junto à Presidência da República, o Decreto de Delimitação da Área Quilombola, tornando-se proprietário de uma região que inclui a fazenda do político.

Uma reunião aconteceu na sede OAB na região Centro-Sul da capital, na manhã desta terça-feira (14), com a presença do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e da Comissão Pastoral da Terra (CPTMG) para tratar o assunto.

Brigas se acentuam

Em 2011, os quilombolas conseguiram o direito pela terra, mas, de lá para cá, as brigas na região ficaram ainda mais intensas. No ano passado, a fazenda do prefeito foi retomada pelos quilombolas, já que está inserida no território de 17.302 hectares pertencentes a eles e demarcada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Áreas de outros dois municípios também são do grupo.

"No ano passado, por determinação judicial, foi designada força tarefa na região para desarmar e prender jagunços. A ordem foi cumprida e várias armas de diversos calibres e munições foram apreendidas, mas não diminuiu a tensão no local", informa Santos.

Atentado

De acordo com Oliveira, o prefeito e mais quatro pessoas armadas chegaram em um carro e atiraram contra ele. "Corri muito. Só por isso conseguir escapar dos tiros de carabina disparados pelo jagunço do prefeito", declarou o líder comunitário. Ele estava com o filho de 22 anos na hora do atentado e denuncia que policiais locais ajudam o político na intimidação do grupo. "Ele (o prefeito) fala que a área é dele e que o Estado ainda não resolveu, mas a gente tem que trabalhar", reclama. Os quilombolas cultivam feijão, milho e mandioca na área.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 07./ 2014

Brasília, 15 de janeiro de 2014.

O MPMG já recebeu a denúncia e analisa o fato. 'Véio' está protegido pelo Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, que é nacional. "As coisas estão tão perigosas por lá que até a promotora local pediu reforço, porque teme pela própria vida", disse o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil.

O prefeito foi procurado pela reportagem para comentar a denúncia, mas a secretária dele informou que ele estava em viagem de trabalho. Ela forneceu o número particular do político, mas ele também não retornou as diversas ligações.



Projeto Quilombolas realiza cursos para comunidades de Lauro de Freitas

SÍTIO PORTAL DO SENADOR WALTER PINHEIRO, 15.01.2014

O Projeto de Inclusão de Comunidades Remanescentes de Quilombos (Projeto Quilombolas) realiza, até o dia 24 deste mês, cursos de informática para comunidades quilombolas na unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), no município baiano de Lauro de Freitas.

A iniciativa é do Governo da Bahia e os cursos, que irão qualificar 40 participantes, integram ações empreendidas pelo Projeto Quilombolas desde 2009. O objetivo do projeto é financiar atividades para comunidades remanescentes de quilombos na Bahia, Ceará e Pernambuco. As ações são realizadas com recursos doados pelo Fundo do Desenvolvimento Social do Governo do Japão, via Banco Mundial, no valor de US\$ 877,6 mil, somente na Bahia.

A meta do projeto é qualificar as comunidades quilombolas para estabelecer diálogos com as instâncias públicas e privadas visando a elaboração de projetos e políticas que as beneficiem. As comunidades também são beneficiadas com implantação de centros multiuso, dotados de modernos equipamentos de informática, como impressoras e computadores e antenas para viabilizar acesso à internet, além de espaços destinados a reuniões e atividades econômicas.

Para o senador Walter Pinheiro (PT-BA), o Estado deve ser também o catalisador de ações transversais para o fortalecimento dos direitos das comunidades tradicionais. "Em outubro do ano passado, foi sancionada lei na Bahia que regulariza as ocupações de terras rurais e devolutas pelos remanescentes quilombolas", lembra Pinheiro. A Lei 20.417 foi um passo importante da Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos, prevista no Decreto nº 11.850, de 23 de novembro de 2009.

No Plano Brasil Maior (2012-2015), relatado pelo senador Pinheiro no Congresso, o programa temático "Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial", de execução da Seppir, prevê iniciativas de coordenação, monitoramento e avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas, assim como ações previstas em mais 14 programas temáticos, contemplando iniciativas de ministérios que compõem o Comitê Gestor do PBQ e outros.

Com informações da Secom/BA



Indígenas atropelados em Miraguaí foram transferidos para outros hospitais
SÍTIO OESTEMANIA, 15.01.2014

É grave o estado de saúde de dois dos quatro indígenas atropelados no último sábado, 11 de janeiro, na ERS-330, em Miraguaí.

De acordo com informações do Hospital Santo Antônio (HSA), Ezequias dos Santos, 28 anos, foi transferido para o Hospital São Vicente de Paulo de Passo Fundo. Ele sofreu traumatismo crânio encefálico e perdeu muito sangue com a ruptura de vasos sanguíneos.

A outra vítima, Jociel Ribeiro Kanhero, 23 anos, foi transferido para o hospital Santa Terezinha de Erechim. Kanhero também perdeu muito sangue com a ruptura de vasos sanguíneos do braço direito, segundo o HSA.

As outras duas vítimas do atropelamento sofreram escoriações pelo corpo. Elas foram medicadas e liberadas ainda no sábado.

O acidente

Quatro indígenas foram atropelados na noite de sábado, 11 de janeiro, na ERS-330 em Miraguaí. As vítimas são: Augusto Kanhero, Jociel Ribeiro Kanhero, Jorge Sales e Ezequias dos Santos.

De acordo com o Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM), uma Fiat Strada, placas de Miraguaí atropelou os índios no quilômetro 37 da rodovia, nas proximidades do frigorífico. O veículo estava na direção Redentora para Miraguaí e o atropelamento aconteceu numa reta.

Conforme o CRBM, o motorista não ficou no local do acidente pois foi ameaçado de linchamento. Ele comunicou a Brigada Militar do município sobre o acidente e se apresentou mais tarde na Delegacia de Polícia de Tenente Portela onde foi realizado o registro da ocorrência.

As vítimas foram socorridas para o Hospital Santo Antônio duas foram medicadas e liberadas e as outras duas transferidas devido a gravidade dos ferimentos.

Portelaonline
Santoaugusto.net



Consulta sobre necessidade de quitação militar para alistamento eleitoral do indígena abre o ano judiciário do TRE-RO

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 15.01.2014

Durante a sessão, os juízes membros do TRE-RO analisarão consulta formulada pelo procurador federal da Seccional de Ji-Paraná/RO, Adalberto Jorge Silva Porto. O relator do caso é o juiz Juacy dos Santos Loura Júnior.

A Sessão que marca a abertura do Ano Judiciário no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia acontece hoje, dia 14 de janeiro de 2014, a partir das 16h. Esta será a primeira sessão dirigida pelo novo presidente do TRE-RO, desembargador Pércles Moreira Chagas.

Durante a sessão, os juízes membros do TRE-RO analisarão consulta formulada pelo procurador federal da Seccional de Ji-Paraná/RO, Adalberto Jorge Silva Porto. O relator do caso é o juiz Juacy dos Santos Loura Júnior.

A consulta versa sobre a exigência ou não de comprovação de quitação com o serviço militar para os indígenas do sexo masculino, para fins de alistamento eleitoral. As perguntas elencadas pelo procurador são as seguintes:

- a) No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, existe algum ato específico por meio do qual explicita condições e exigências destinadas ao alistamento eleitoral de indígenas do sexo masculino?
- b) Caso a resposta à indagação antecedente seja afirmativa, consta do referido ato dispositivo destinado a exigir de indígenas do sexo masculino a comprovação de estar quite com o serviço militar como condição para alistamento eleitoral?
- c) Caso a resposta à antecedente seja afirmativa, quais os fundamentos legais e constitucionais utilizados para motivar a edição do referida exigência?

A Corte Eleitoral é composta pelos desembargadores Pércles Moreira Chagas (presidente), e Roosevelt Queiroz Costa (vice-presidente e corregedor), ambos eleitos para o biênio 2014-2015, pelos Juízes Dimis da Costa Braga; José Jorge Ribeiro da Luz; Adolfo Theodoro Naujorks Neto, o juiz membro pela classe dos juristas, Juacy dos Santos Loura Júnior e pelo procurador regional eleitoral, Reginaldo Pereira da Trindade.



Iniciada notificação de ocupantes de terra indígena Awá-Guajá

SÍTIO G1/MA, 15.01.2014

Entrega dos documentos para as famílias deve se estender de 10 a 15 dias. Justiça determinou a desintrusão da área em dezembro do ano passado.

Oficiais de Justiça iniciam nesta quarta-feira (15) a notificação dos ocupantes ilegais da terra indígena Awá-Guajá, localizada no oeste do Maranhão. O processo de entrega dos documentos para as famílias que ocupam a reserva deve se estender de 10 a 15 dias. Após o término desse prazo, as famílias notificadas terão 40 dias para deixar o local.

Desde essa terça-feira (14) os oficiais de Justiça se encontram no município de São João do Caru, onde foi montada uma base operacional para iniciar as atividades. A notificação atende a uma decisão do juiz da 5ª Vara Federal José Carlos do Vale Madeira, que determinou a desintrusão da área em dezembro do ano passado.

O objetivo da Justiça é conter o desmatamento na região, que, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), já afetou 34% do território indígena, com perímetro de 1.700 km² (área pouco maior que o território da cidade de São Paulo), e ameaça a proteção da etnia, considerada por organizações ambientais como uma das mais ameaçadas. Segundo levantamento feito pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), há cerca de 300 construções ilegais dentro do território dos Awá.

Acompanhamento

Na última sexta-feira (10), foi criado um grupo de acompanhamento formado por representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Federação de Trabalhadores na Agricultura do Maranhão e representantes de sindicatos de trabalhadores rurais e do governo estadual para articular ações conjuntas e monitorar o processo de desintrusão da terra indígena. A próxima reunião de trabalho dessas entidades está agendada para o dia 20 deste mês.

O grupo acompanhará as ações de obtenção de terras desenvolvidas pelo Incra, visando ao reassentamento das famílias notificadas pela Justiça Federal para desocupar a terra indígena dos Awá-Guajá.

A reserva se estende por uma área de aproximadamente 116 mil hectares, que compreende os municípios maranhenses de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, São João do Caru e Zé Doca, próximo à fronteira entre o Maranhão e o Pará. De acordo com a Funai, existem hoje apenas 400 índios da etnia, divididos em quatro aldeias diferentes, e alguns nunca tiveram contato com o homem branco.



Agricultura analisa projeto sobre indenização a ocupantes de terras indígenas
SÍTIO AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 15.01.2014

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 5919/13, do deputado Dr. Jorge Silva (Pros-ES), que cria regras para a indenização a agricultores ocupantes de boa-fé de terras indígenas. A proposta estabelece a indenização da terra nua e regulamenta o pagamento pelas benfeitorias, já previsto na Constituição, além de garantir a permanência dos agricultores até que tenham sido indenizados. São consideradas benfeitorias casas, silos, galpões, armazéns e plantações.

A proposta já foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. O relator, deputado Marcos Rogério, (PDT-RO), destacou que, nos casos de áreas que são conhecidas como terras indígenas, o governo não tem nenhuma obrigação de indenizar seus ocupantes. Mas, quando a ocupação foi feita de boa-fé, ou seja, sem o conhecimento de que aquela era uma área indígena, é preciso pagar os produtores.

“No Brasil, há muitos casos em que o Incra deu a posse da terra para o produtor, para as famílias trabalharem, e depois essas áreas foram consideradas demarcadas como indígenas e as pessoas que lá estavam tiveram que sair e deixar as áreas. E não há um critério objetivo com relação à indenização”, afirma. “Extinguem-se as áreas de ocupação e os agricultores são expulsos sem a menor condição financeira de sobreviver em outro local, onde deverão reiniciar as atividades agrícolas e pastoris”, acrescenta.

Para Marcos Rogério, o autor do projeto tem razão ao ressaltar que esses agricultores devem ser indenizados por meio de critérios justos para poderem reiniciar a produção em outra área.

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, também terá de ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Íntegra da proposta:

PL-5919/2013

Da Redação – MR

A história do conflito em Humaitá é também a história da BR-130, a Rodovia Transamazônica

SÍTIO ECODEBATE, 15.01.2014



Violência contra os indígenas é antiga como a grilagem de terras; indígenas cobram compensação por danos e mortes causados desde a abertura da Transamazônica

A história do conflito em Humaitá é também a história da BR-230, a Rodovia Transamazônica. A rodovia rasgou a cidade – e também o território ocupado pelos indígenas. Com 4.223 quilômetros, ela foi inaugurada em 1972 pelo ditador Emílio Garrastazu Médici. Agora os Tenharim querem contar com detalhes essa história, como disseram à reportagem da Pública, recebida por eles no dia 3 de janeiro.

Em Humaitá, os brancos também conhecem o enredo, mas preferem falar em off sobre a violência cometida naquele tempo. “Quem veio para cá foram homens”, conta um dos entrevistados. “Aí quem queria pegar uma mulher tinha de matar um índio e pegar uma índia”.

Em sua língua, Augustinho Tenharim conta mais do que isso, traduzido pelos irmãos Zelito e Aurélio Tenharim: “Houve matança. De 10 mil Tenharim sobraram pouco mais de 200. Alguns trabalharam como escravos, para ajudar a construir a estrada. O pagamento era em alimentos. Os servidores levavam as índias e devolviam após 15 dias, 20 dias, um mês. Para mim é a segunda vez que está acontecendo algo desse tipo”, diz, referindo-se à hostilidade enfrentada

CONT.



por eles desde o desaparecimento dos três brancos na região no dia 16 de dezembro. "Um momento muito crítico. Temo pelos netos, pelos parentes. Achei que nunca mais ia acontecer", lamenta o ancião.

O histórico é importante para justificar a cobrança de compensação, decidida por eles em assembleia, e definida pelos brancos como pedágio. "A vida nunca vai ser paga, foi quase uma extinção", diz o cacique Aurélio Tenharim. Outro ponto destacado por eles é o fato de que, ao longo da Transamazônica, a floresta amazônica só está totalmente preservada – o que é visível – na Terra Indígena. "O governo nunca teve política pública para o desenvolvimento dos povos indígenas. Nós somos os protetores da Amazônia", sublinha Aurélio.

O antropólogo Edmundo Peggion, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Araraquara, estudou os Tenharim no mestrado e doutorado. Não há exagero no relato dos Tenharim, ele diz, ao se referir ao massacre na abertura da Transamazônica. Esse massacre foi também lembrado publicamente por Aurélio Tenharim em debate no dia 7 de janeiro com o comandante militar da Amazônia, general Eduardo Villas Bôas. O antropólogo confirma que a população original, de 10 mil pessoas, foi dizimada. Chegou a pouco mais de cem pessoas na época da abertura da Transamazônica – onde, de fato, os Tenharim trabalharam. Nos anos 80 eram 180 membros da etnia. Quando ele fez mestrado, de 1993 a 1996, eram 300.

Foi Peggion o responsável pela delimitação do atual território indígena, em 2002, quando houve um esforço para demarcação contínua. Ele agora é uma das poucas vozes, além dos indígenas, que os defendem dos boatos e das acusações precipitadas. Para o professor, não foram os Tenharim os responsáveis pelo desaparecimento dos três homens. "Eles diriam", afirma. "Somos guerreiros, assumimos o que fazemos e não temos nada a ver com esse desaparecimento", escrevia Angelisson Tenharim no dia 27 de dezembro, por mensagem, do quartel onde estava confinado, em Humaitá.

O antropólogo também rebate o argumento dos que afirmam que os Tenharim seriam "aculturados". "Eles têm uma auto-estima muito elevada", explica. "Eles têm ritual tradicional e são quase 100% bilíngues. Conversam em português, viram e falam com os parentes na língua deles. Dado tudo o que eles sofreram, para hoje, estão numa situação estável, do ponto de vista populacional e cultural".

Tomado de surpresa pelos acontecimentos, Peggion está apreensivo. Ele vê na reação de desdém e hostilidade das pessoas da região o velho paradoxo que marca a relação entre indígenas e brancos: "ou são selvagens, quando são acusados de vingança, ou são aculturados, nem índios são". Neste último caso, diz o professor, fica implícita a pressão para que sejam liberadas as terras indígenas.

Em Humaitá, a origem indígena se apaga

O Censo 2010 apontou 44.227 pessoas em Humaitá – 883 na Terra Indígena Tenharim Marmelos e apenas 22 pessoas na Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto. A maioria da população se define como parda: 30.340 (68,6%), embora seja evidente a origem indígena. Apenas 1.588 pessoas se definem como indígenas. Nenhuma delas mora em domicílio com renda superior a dez salários mínimos.

CONT.



O município nasceu e cresceu em torno do Rio Madeira, um dos mais imponentes afluentes do Amazonas. Com 3.240 quilômetros, o rio tem esse nome por ser muito rápido – levando árvores e troncos em sua passagem. A igreja matriz, ladeada pela Câmara e pela Prefeitura, está de frente para o Rio Madeira, bem como a imagem da padroeira, a Imaculada Conceição. A própria Transamazônica, que vai no sentido de Apuí, só é acessível de balsa, atravessando o rio.

A orla da cidade foi reformada e parcialmente entregue em junho de 2012. Ao lado da imagem da santa há um marco, com os nomes da presidente Dilma Rousseff e do governador Omar Aziz. A cidade funciona, em parte, em função dos pescadores e garimpeiros, em parte do funcionalismo público e de micro-empresendimentos. É impressionante a quantidade de pequenos bares e mercearias. Sem indústrias, são poucas as opções de emprego. O principal meio de transporte urbano é a moto. Diante das blitzes constantes da polícia, desde o fim do ano, o movimento de carros e motos diminuiu.

Não há bairro de ricos em Humaitá. Segundo o IBGE, 616 famílias ganham até meio salário mínimo; outras 2.136, até um salário mínimo e 2.599, até dois salários mínimos. Os mais endinheirados – 283 domicílios têm renda superior a dez salários mínimos – convivem com os mais pobres, em uma cidade sem rede de esgoto. Eles gastam dinheiro em Porto Velho, a 205 quilômetros dali, e Manaus, a 675 quilômetros – ou nos sítios e fazendas. E não têm medo de andar com pulseiras ou colares de ouro pelas ruas, embora a coisa mude de figura em Porto Velho. No caminho para lá a Pública ouviu da mulher de um militar que queria vender 100 gramas de ouro, reconhecendo que se tratava de atividade clandestina. “Os guardas da Vila Militar são muito chatos”, reclamou.

A presença dos militares é importante e foi decisiva na batalha dos moradores contra os indígenas, ao protegerem os Tenharim da violência. A rodovia para Porto Velho, por exemplo, para onde se vai por ônibus ou táxi-lotação, tem o asfalto mantido pelos próprios militares. Há quem diga que, sem o 54º Batalhão de Infantaria da Selva, o 54º BIS, conflitos como o do fim de ano já teriam ocorrido há muito tempo.

Somente em 2012 a Cooperativa de Garimpeiros da Amazônia teve legalizada a venda de ouro que vem dos Andes através dos rios que desembocam no Madeira. Os indígenas não têm permissão para praticar atividades extrativistas. Mas o atual conflito em Humaitá tem mais a ver com outras faces econômicas da cidade: os pecuaristas e os madeireiros, apoiados pelos comerciantes, muitos também fazendeiros.

Não foi a primeira vez que Humaitá assistiu a uma insurreição. A cidade já teve um quebra-quebra, em 1991, sem nenhuma relação com o ódio aos índios. Um prefeito denunciara um esquema de corrupção. Deu nome aos bois. Ficou isolado. Na sua casa, queimaram um carro, recorda-se o madeireiro Nelson Vanazzi. “As pessoas perderam a cabeça, que nem desta vez”. A prefeitura foi invadida. “Queimaram um pouco, mas acho que não foram os populares. Acho que foi para esconder papel”, ri.

Política e negócios: a receita da elite

Os negócios e a política caminham juntos em Humaitá: é comum os mais endinheirados

CONT.



partirem para essa atividade complementar. O prefeito reeleito de Humaitá, Dedei Lôbo (PMDB), é pecuarista e possui gado – como sabem todos na cidade. Mas não declarou nenhum bem rural à Justiça Eleitoral. Nem em 2008, quando se apresentou como professor de ensino médio, com um total de R\$ 77 mil em bens, nem em 2012, quando já reunia R\$ 561 mil. Um enriquecimento de 729%. A Pública tentou insistentemente entrevistá-lo, sem sucesso.

Já o prefeito de Apuí, Adimilson Nogueira (DEM), mencionado pelos Tenharim como um dos que incitaram a violência em Humaitá, declarou quatro lotes rurais em 2012, por R\$ 200 mil, e 40 cabeças de gado. Total de bens: R\$ 400 mil. Em 2008 ele tinha R\$ 131 mil. Já possuía os lotes e 19 reses. Os indígenas também citaram o vereador Irmão Dirlan (DEM), dono de um sítio, como um dos que lideraram a violência em Humaitá. Vários políticos foram procurados em suas casas, na virada do ano, e não estavam. Alguns estavam “no sítio”.

O advogado dos parentes dos desaparecidos, Carlos Terrinha, foi candidato à reeleição para vereador em 2012, pelo PDT. Não conseguiu. Ele também é advogado de madeireiros.

Aurélio Tenharim diz que não conhece um político, na região, que defenda indígenas e conta que, desde o fim do ano, recebeu apenas dois telefonemas de deputados: o estadual Sidney Leite (Pros-AM) e o federal Padre Ton (PT-RO), coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas. O resto só se manifestou por assessorias.

Os indígenas são críticos do atual governo. “O mandato de Dilma é o que mais massacrou os indígenas desde a ditadura”, afirma Amarildo Tenharim. “O indígena não pode mais fazer manifestação que ela manda a Força Nacional. A PF mata índio. A autonomia na saúde foi retirada. Tudo foi no mandato dela. Ela não tem diálogo com as organizações indígenas. Os ruralistas foram recebidos com 20 dias de mandato. Nós, não”, acusa.

Na opinião do cacique, os políticos veem os indígenas como empecilho para o desenvolvimento do país. Amarildo cita a PEC 215, em debate no Congresso, que dá aos parlamentares, incluindo a famigerada bancada ruralista, a responsabilidade pela demarcação de novas terras indígenas. “A Constituição é para todos”, diz.

“Dizem que temos privilégios, mas praticamente só temos dois artigos na Constituição. E a bancada ruralista quer derrubar o artigo 232”. Esse artigo reconhece os índios, suas comunidades e organizações como partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses.

Em Humaitá, o ex-vereador Cição – aquele que deu entrevista ao lado do Seu Tônico, do hotel – tem uma propriedade rural “de 195 hectares”. Ele foi vereador entre 1997 e 2000. Desistiu. “Quem não compra votos não se elege”, diz. O sítio fica no distrito de Santo Antônio do Matupi, que pertence a Manicoré, mas ligado estreitamente a Humaitá. Ali, no km 180 da Transamazônica, ele cria gado, planta macaxeira, onde originalmente havia um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para lotes de até 60 hectares.

Cição defende a bancada ruralista, e diz que são os fazendeiros que alimentam o país. “O Brasil tem somente 900 mil índios. Eles estão humilhando todos os brasileiros. Não podem ficar

CONT.



aí, selvagens”. Os Tenharim o apontam como um dos manifestantes incendiários de Humaitá, e como um dos difusores do preconceito contra indígenas no município. Cição avisa: “Se matar um branco, vai ter revanche”.
Um terço do território grilado

O relatório da CPI da Ocupação das Terras Públicas na Amazônia, em 2001, conhecida como CPI da Grilagem, informou que, de 157 milhões de hectares do território do Estado, 55 milhões estavam sendo grilados. Os cartórios de Humaitá, Manicoré e Canutama foram identificados como “contumazes na prática de ilícitos registrais”. Em Manicoré foram cancelados 682 mil hectares, ou 12% da área. Em Canutama, vizinha de Porto Velho, por onde se chega de carro a Humaitá, foram cancelados 8,8 milhões de hectares, ou 368% da área do município. É que as grilagens formam um território paralelo, virtual, onde as terras se sobrepõem umas às outras.

A chefe da unidade avançada do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) em Humaitá, Maria Terezinha Leite, conta que o distrito de Santo Antônio do Matupi, um dos pivôs da crise em Humaitá (embora pertença a Manicoré), surgiu de um assentamento, no lado esquerdo da Transamazônica, rumo a Apuí. Essa área de 34.534 hectares está hoje totalmente irregular.

Os assentados foram deixando os imóveis. Quantos? Não se sabe exatamente. Das 527 parcelas, de até 60 hectares, ela estima que apenas 50 – menos de 10% – ainda estejam com os beneficiários originais. Ocorre que as áreas de assentamento não podem ser vendidas. “Tem lote que já passou por cinco donos”, conta ela. E o Incra precisa notificar todos os atuais “proprietários”.

Mas ela notificou só 20 deles. Porque, por algum motivo, eles foram à sede do Incra e Terezinha aproveitou a deixa. E por que ela não notifica os demais? Porque não há infraestrutura.

Mais especificamente, não há segurança. As notificações em Matupi precisariam do apoio da Polícia Federal, pois os servidores têm medo. “Não dá para entregar uma notificação de que a pessoa tem de sair em 15 ou 30 dias sem a presença da polícia”, explica Terezinha. Os 20 que receberam a notificação simplesmente não se manifestaram. E ficou por isso mesmo. “Nesse caso a responsabilidade é da Divisão de Assentamentos, em Manaus”, diz ela.

Chefe da unidade há dez anos, a servidora exibiu um mapa que mostra o assentamento rodeado por terras da União. Mas o distrito cresce e pretende se tornar um município. Somente desde 2010 a área está sendo georreferenciada, diz. Ela também conta que, em 2005, houve um problema grande com invasões de terra, acima de mil hectares cada, na vizinha Canutama. A Polícia Federal conseguiu coibir. A maioria das pessoas era de Rondônia.

Em doutorado defendido na Universidade de São Paulo, em 2012, a pesquisadora Viviane Vidal da Silva concluiu que o assentamento do Incra era o principal responsável pelo desmatamento na região. Ela observou que cada lote tinha desmatado mais de 20% da floresta, o limite na região. Motivo principal, a substituição da agricultura pela pecuária. Os Tenharim dizem que o “180” tem até pista de pouso clandestina, e ninguém faz nada. O mesmo aconteceria no km

CONT.



160 da Transamazônica.

Dias antes da entrevista com Terezinha, na esquina do Incra, na Avenida Transamazônica, um lobista identificara-se para o repórter como jornalista. Ele contou ter trabalhado na área durante três décadas. Hoje, mexe com regularização de terras. Contou muitas histórias, reproduziu muitos boatos. Dois dias depois, foi sincero em relação ao seu trabalho: "Vou de terno, tudo bonitinho. O cara diz que não pode resolver. Pergunto que horas ele sai e chamo para uma cervejinha, no fim do expediente. Coloco dinheiro na mão dele. Ele libera. Aqui não tem Estado!"

Ou tem: em Santo Antônio do Matupi, uma placa anuncia a melhoria das vias da comunidade, por R\$ 13,7 milhões. Com a assinatura do governo do Amazonas e financiamento do Banco do Brasil.

A revolta dos madeireiros

Santo Antônio do Matupi também foi cenário de uma revolta de madeireiros em 2011. A apreensão de dois tratores, duas pick-ups, uma moto e 160 metros cúbicos de madeira extraída ilegalmente uma aldeia dos Tenharim, a Sepoti, motivou confronto entre os madeireiros, os fiscais do Ibama e os policiais militares do Batalhão de Policiamento Ambiental. Também foram apreendidas armas e munição.

O grupo de madeireiros cercou os agentes do Ibama e entrou em confronto com a PM para evitar que os tratores ficassem com os indígenas. Após negociação, eles foram levados para Apuí. Na Transamazônica, porém, 200 pessoas bloquearam a estrada e exigiram que os tratores ficassem em Matupi. Eles acabaram ficando na sede da Associação dos Produtores Rurais de Santo Antônio do Matupi.

Em 2009, em reunião na Câmara Municipal de Humaitá, Nelson Vanazzi falou em nome dos madeireiros impedidos de extrair madeira por bloqueio eletrônico do Documento de Origem Florestal. Os políticos debateram alternativas. Entre elas, o bloqueio de rodovias e hidrovias, como forma de "chamar a atenção".

Nelson Vanazzi diz que ele mesmo nunca extraiu madeira de terra indígena. Isso começou a acontecer, conta o madeireiro, "após o 180", o distrito de Santo Antônio do Matupi, em Manicoré. Ivanildo Tenharim confirma que antes não havia esse problema. O motivo: "Fora da reserva não tem mais madeira, por isso começam a roubar".

Palavra de madeireiro

O madeireiro Nelson Vanazzi é um personagem controverso – chegou a ser preso pela Polícia Federal no auge da extração da madeira. Recebeu a Pública em seu escritório – sentado na mesa ao lado de uma Bíblia do Papai e um bloquinho de uma madeireira de Manaus, a Madecunha. Ele conta, com um sorriso nervoso, que assistiu a toda a confusão no Natal do 2o andar de sua casa na avenida Transamazônica – depois a Pública saberia pelo chefe do 1o Cartório, Hildeberto Ferreira de Macedo, que todos os imóveis com segundo pavimento em Humaitá estão irregulares, embora também o atual vice-prefeito, Hedivânio Freitas, tenha

CONT.



declarado à Justiça Eleitoral, em 2008, um imóvel de dois andares; o imóvel de Vanazzi, de 600m² de área e 256m² de área construída foi declarado por R\$ 665 mil à Justiça Eleitoral, em 2012, quando ele foi candidato a vereador pelo PT (ficou como suplente).

O madeireiro, que já foi vereador (1989-1992), pelo PL, e vice-prefeito da cidade (1997-2000), pelo PRP, fala de uma "ditadura ambiental mundial", que atrapalharia o manejo da floresta e a criação de gado. Conta que se formou técnico em contabilidade no Paraná, onde tinha 16 alqueires de terra, e que foi para o Amazonas em 1978. Ali plantou soja, teve uma concessionária de tratores e chegou a movimentar 300 toneladas de madeira por dia. Disse que chegou a ter 220 funcionários, mas em outro momento afirmou que já teve 804 salários para pagar.

Um dia, conta, recebeu uma equipe de 27 fiscais, com 13 metralhadoras em uma operação da Polícia Federal. Ficou preso por crime ambiental durante alguns dias "por azar", segundo ele: era final de ano e não aceitaram os recursos movidos por seus advogados. "A maior parte dessas áreas é da União", reconhece. "Como vai conseguir licença ambiental em terra sem documento? Aquela terra não é tua", diz.

Ele conta que, quando chegou à Transamazônica, comprou uma terra de seis por oito quilômetros onde cortava a madeira com serra-fita. Ele e o irmão tinham 6 mil hectares quando o sertanista Apoenã Rodrigues, hoje falecido, lutava para ampliar a área da Terra Indígena. "Nós, 18 a 20 famílias, saímos de lá".

Vanazzi pegou malária 14 vezes. E comprou outras áreas. Hoje se orgulha de ter 370 mil árvores, em 1.007 hectares. "Somos o segundo maior projeto de reflorestamento da Amazônia", diz. Ele dedica boa parte da entrevista à enumeração das possibilidades das árvores, frutos e sementes da região: jenipapo, "um espetáculo", jaca, castanha, dendê. Licenciamento ambiental? "Não tenho, porque os órgãos não sabem legalizar". E emenda: "O cara que compra açaí é pior que o madeireiro porque não tem fiscalização".

Sobre os Tenharim, Vanazzi tem opiniões fortes: "Vão ter de morar o resto da vida nas aldeias? Não sei se é revolução ou retardamento separá-los na aldeia. Não podiam legalizar umas vacas para os índios, em vez deles correrem atrás de anta, de veado?"

Em seu escritório, diante de uma parede azul com infiltrações, Vanazzi aponta para um mapa antigo do Incra, que mostra as glebas em terras da União. O mapa traz as Florestas Nacionais, as Flonas, e as glebas – com centenas de milhares de hectares. No caso da Flona Humaitá, ele exclama, entusiasmado: "Isso aqui pode ser um pólo madeireiro!"

Mas Nelson Vanazzi tem outros negócios, entre eles à frente do único loteamento legal em Humaitá: o Boa Vista, de uma incorporadora de Curitiba da qual é o procurador na cidade. Também comprou um espólio de 6.590 hectares, dos herdeiros de um seringal, na beira do Rio Madeira. Ele exhibe um documento emitido pelo governo do Estado do Amazonas, em 1908. O madeireiro reclama de uma Terra Indígena vizinha, que teria ocupado parte de sua área. E conta que autoriza 130 famílias a ocupar outra parte dessa área, sob um contrato de arrendamento onde os moradores não precisam pagar nada. Ele apenas exige que preservem a

CONT.



floresta. Vanazzi tem esperança de ficar com as terras, embora o Incra de Humaitá avise que esses documentos emitidos pelo governo amazonense são irregulares.

Sul do Amazonas: a bola da vez?

O conflito na região se dá também com garimpeiros. Em junho de 2012, 20 pessoas foram presas no "180", por fiscais (Ibama) e policiais militares do Batalhão de Policiamento Ambiental. A Operação Soberania flagrou-as tentando extrair ouro do local, conhecido como Garimpo de Ouro do 180.

Dois meses antes, em Boca do Acre (AM), também na nova fronteira agropecuária, 40 policiais e 40 jagunços expulsaram 105 famílias do Seringal Macapá, reivindicando uma posse de terra. Total da área: 5.202 hectares. A denúncia foi feita pela deputada Janete Capiberibe (PSB-AP). O presidente da associação de extrativistas contou que as famílias saíram de lá só com a roupa do corpo: "Durante sete meses, as crianças choravam de fome e dormíamos no chão, com os cachorros".

Somente em Lábrea (AM), desde 2007, sete pessoas foram mortas por denunciarem os crimes ambientais e de propriedade da terra. Segundo a deputada, houve crimes idênticos em Manicoré e Humaitá, onde servidores da Secretaria de Patrimônio da União foram ameaçados e impedidos de cadastrar lotes de lavradores e ribeirinhos. "Uma demonstração de quanto o Estado precisa ser fortalecido na região", concluiu ela.

Um ano e meio antes dos recentes episódios em Humaitá, ela tentou convocar uma audiência para discutir os conflitos no sul do Amazonas. Seriam chamados os seguintes ministros: Gilberto Carvalho, Maria do Rosário e José Eduardo Cardozo. Mais o presidente do Incra, o presidente do Ibama, o secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas. A tensão, porém, persiste na região – e não só em Humaitá.

No dia 2 de janeiro, a sede do Ibama estava aberta, após o feriado. Mas por ali só estava o segurança. Onde estava o gerente-executivo? De férias. E o substituto? Em Porto Velho. Não somente ele: todos tinham viajado para Porto Velho.

No pátio, um trator e madeiras apreendidos.

LEIA MAIS: A Batalha de Humaitá (<http://www.ecodebate.com.br/2014/01/14/a-batalha-de-humaita/>)

A Pública, Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, é parceira estratégica do Portal EcoDebate na socialização da informação.

Higienização à vista, artigo de Rosane Garcia
SÍTIO ECODEBATE, 15.01.2014



Brasília, 18/04/2013 – Indígenas fazem manifestação em frente ao Palácio do Planalto . Eles protestaram contra a PEC 215, que transfere para o Congresso poder de demarcar terras indígenas. Foto de Valter Campanato/ABr

[Correio Braziliense] Mais de 500 anos após o descobrimento, o país ainda não conseguiu estabelecer uma relação humana e honesta com os descendentes dos povos originais. Nas últimas semanas, vieram à tona, em vários pontos do país, conflitos entre pretensos proprietários de terras e populações indígenas. Os embates não são recentes, apenas estavam escondidos da opinião pública. Hoje, os lamentáveis episódios pautam os veículos de comunicação e, mais uma vez, revelam a incapacidade de o Estado se antecipar ao grau máximo de tensão, quando a irracionalidade passa a orientar as decisões e atitudes das pessoas.

Esperava-se algo diferente de um governo popular. Na prática, repetiu gestões anteriores e preservou o espaço concedido às iniciativas voltadas ao estrangulamento das comunidades indígenas do país que, no entendimento dos latifundiários, são obstáculos ao avanço de atividades predadoras do patrimônio ambiental. Ninguém pode cobrar dos gestores ausência de políticas públicas. Elas existem, mas em sentido contrário ao dos direitos e anseios das comunidades.

Atualmente, a maioria dos conflitos está concentrada na Amazônia, região extremamente cobiçada pelo agronegócio, responsável por evitar um fechamento vexatório das contas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 07./ 2014

Brasília, 15 de janeiro de 2014.

governamentais. Na tão celebrada Amazônia, os empresários buscam a expansão da agropecuária, do setor sucroalcooleiro, da exploração madeireira, entre outros ramos de investimento no meio rural. Apesar do impacto incalculável no patrimônio natural e na vida dos povos indígenas e de outros que vivem na floresta, o interesse das empresas está em sintonia com a política desenvolvimentista oficial, como o PAC, a abertura de estradas e a construção de hidrelétricas.

Esse segmento está muito bem representado no Congresso Nacional, por meio da bancada ruralista, que curva o Executivo aos seus interesses. É o mesmo grupo que pretende restringir às entidades de classe representativas dos fazendeiros e de outros segmentos a prerrogativa de decidir sobre a territorialidade dos grupos indígenas. Esse conjunto de ataques abertos, além da subserviência governamental ao latifúndio, reforça a suspeita de que se busca respaldo legal à higienização étnica, o que seria uma das maiores contradições do início do século 21.

Artigo originalmente publicado no Correio Braziliense e socializado pelo ClippingMP.



Aumenta conflito entre brancos e índios Tenharim no sul do Amazonas

SÍTIO INFORONDÔNIA, 15.01.2014

Um conflito entre brancos e índios, na localidade de Humaitá, no sul do Estado do Amazonas, poderá ganhar intensidade nos próximos dias.

Alegando que não têm meios para sobreviver e que o governo federal não envia representantes para conversar com as etnias locais, os índios Tenharim instituíram a cobrança de pedágio junto à Rodovia Transamazônica. A reação dos brancos foi imediata, e alguns grupos promoveram no dia 26 de dezembro a destruição de vários postos de atendimento oficial aos indígenas.

Os conflitos se seguiram ao desaparecimento de três pessoas brancas em 16 de dezembro. Em razão das buscas pelos desaparecidos, os índios resolveram dar uma trégua na cobrança do pedágio. Porém, na semana passada, os índios Tenharim prometeram voltar a cobrar a tarifa para a passagem de veículos e marcaram a data: 1º de fevereiro. Segundo os indígenas, a cobrança será feita apesar das ameaças que estão recebendo de sofrer novos ataques.

A decisão dos índios foi anunciada na segunda-feira, 6 de janeiro, numa reunião na aldeia dos Tenharim que contou com a presença de lideranças indígenas e de dois generais do Exército, o Comandante da 17ª Brigada de Porto Velho, Ubiratan Poty, e o Comandante Militar da Amazônia, Eduardo Villas Bôas. Este último chegou a pedir aos índios o fim da cobrança do pedágio, visando a pacificar a região de Humaitá.

Além de terem se negado a atender ao apelo do General Eduardo Villas Bôas, os caciques Tenharim prometeram estourar as pontes e isolar a reserva caso haja novo ataque dos brancos. Eles disseram, inclusive, saber que o novo ataque poderia acontecer nessa terça-feira, 14 de janeiro.

Em nome da tribo, o Cacique Aurélio Tenharim disse que o pedágio vai continuar, independentemente dos protestos de algumas pessoas, e confirmou que a cobrança só foi interrompida para não atrapalhar os trabalhos da força-tarefa que está em busca dos desaparecidos. Segundo Aurélio, o pedágio é uma compensação pela construção da Rodovia Transamazônica na terra indígena, operação que teria causado a morte de muitos índios. Ele disse que a tribo esperou quatro anos para negociar, e nenhum governo apareceu.

Além dos Generais Eduardo Villas Bôas e Ubiratan Poty, participaram da reunião com os índios representantes do Ministério Público Estadual do Amazonas, dos comandos da Força Nacional de Segurança e da Polícia Rodoviária Federal.

Os índios mantêm a argumentação de que o pedágio é a principal fonte de renda das aldeias, e por isso vai continuar. Um outro cacique, Zelito Tenharim, disse que o Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente não permite aos índios caçar, plantar nem cortar madeira para

CONT.



fazer as suas peças de artesanato. Sem meios para assegurar a sobrevivência, os Tenharim decidiram instituir a cobrança do pedágio.

Os caciques das etnias Tenharim e Jiajoy prometeram colaborar com as investigações sobre o desaparecimento dos três homens brancos, no dia 16 de dezembro, no trecho da Transamazônica que corta a reserva. O episódio causou uma onda de revolta em Humaitá, no dia de Natal, em que uma multidão destruiu a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) e outras bases indígenas na cidade. As famílias acusam os índios, que permanecem isolados na reserva, mas os indígenas negam. Em documento entregue aos militares, os oito líderes pediram a segurança do Exército nos limites da reserva e também para os índios que estudam e trabalham na cidade.

Os índios pediram ainda um plano emergencial para atendimento em saúde, além de suprimentos de alimentos. Eles também querem que o governo marque, com a maior urgência, uma reunião em Brasília para discutir todos estes assuntos.

A Transamazônica, Rodovia BR 230 e pivô da reclamação dos índios Tenharim, é uma estrada projetada durante o mandato do Presidente Emílio Garrastazu Médici, entre os anos de 1969 e 1974. Inaugurada em 27 de agosto de 1972, tem 4.223 quilômetros de extensão, desde Cabedelo, na Paraíba, até a cidade de Lábrea, no Estado do Amazonas. O trajeto da Transamazônica passa por sete Estados: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. Em grande parte deste trajeto, principalmente no Pará e no Amazonas, a estrada ainda não é asfaltada.

Autor: Arnaldo Risemberg

Índios de Tacuru bloqueiam a rodovia MS-295

SÍTIO SUL NEWS, 15.01.2014



Eles querem a saída do chefe do pólo da Sesai do município de Tacuru

VILSON NASCIMENTO

Um grupo de indígena oriundo da aldeia Jaguapiré, em Tacuru, está bloqueando neste momento, o trecho da rodovia MS-295 que liga Tacuru a cidade de Iguatemi.

No bloqueio, que acontece na altura do posto abandonado da IAGRO, estão parados veículos de passageiros, veículos de carga e até ônibus de passageiros.

De acordo com as informações, a motivação da do bloqueio seria em relação à saúde na comunidade indígena, que conta com aproximadamente mil habitantes.

Os indígenas querem a saída do chefe do Pólo da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai) em Tacuru, Gilmar Rodrigues e a nomeação de um índio para ocupar o cargo.

Por conta dessa situação, na semana passada uma equipe de saúde, composta inclusive por médico e enfermeiros ficaram reféns dentro da aldeia Jaguapiré por determinado tempo. Eles só foram liberados após a Polícia Federal ser acionada.

Segundo as informações, o bloqueio na MS-295, que integra o trecho da rodovia conhecida como "Guaira-Porã" e é a principal ligação entre a região de fronteira no sul do Estado com a região sul do País, não tem prazo para terminar.

Fonte: Redação

Índios – Amantes do capital que são protegidos por socialistas

SÍTIO BLOG DO ROBERTO LACERDA, 15.01.2014



As terras indígenas ocupam 13% do território nacional (109.878.147,9628 hectares) segundo dados da FUNAI, em maio de 2013. São 672 terras indígenas, sendo 30 delimitadas, 51 declaradas, 12 homologadas, 428 regularizadas e 36 reservas indígenas.

A entrega de terras aos índios visa a correção de um suposto erro histórico. Que erro? O extermínio dos índios pelos colonizadores por “alguns séculos”. Ora, se houve extermínio como ainda há índios? Devemos pagar por assassinatos cometidos há 500, 400, 300 e 200 anos? Que assassinatos? É fato histórico que certas tribos ajudaram os colonizadores portugueses a exterminar outras tribos que consideravam inimigas e com as quais viviam em guerra. O mesmo ocorreu quando houve a invasão francesa e a holandesa.

Não há maiores assassinos de índios que os próprios índios. Na atualidade ainda se matam e cometem aberrações como o infanticídio. Enterram crianças vivas por apresentarem “defeitos”, ou problemas de saúde, formação e doenças diversas. Há até casos de tribos que matam gêmeos quando nascem por considerá-los sinônimo de maldição e outras crianças por serem filhos(as) de mãe solteira. Mas os amantes dos índios acham tudo isso lindo e dizem que precisamos conservar a cultura desses pobrezinhos.

No entanto é justamente a cultura ocidental com sua moral, ética e costumes que condena o assassinato, o estupro, a pedofilia e outros tantos crimes, muitos dos quais são naturais para os índios. Mas para os melancias (esquerdistas naturebas, vermelhos por fora e verdes por dentro) é linda a cultura, desde que fique apenas entre os índios. Para eles não devemos informar aos índios que devem ferver a água antes de consumi-la, pois isso agride à cultura deles que deve ser preservada, mesmo que isso signifique a morte de milhares de índios por doenças erradicadas na sociedade ocidental e crises de diarreia que seriam facilmente evitadas.

CONT.



Mas não é apenas sobre isso que falarei neste artigo, minha meta é expor o capitalismo dos índios, que fizeram escambo com portugueses, franceses, holandês e até ingleses. Trocavam mantimentos, informações e outros itens por coisas como espelhos e painéis. Porém, atualmente, esse "capitalismo" está bem mais moderno.

Os índios invadem as terras de outros e exigem a demarcação, regulamentação, homologação, etc, delas como terras e/ou reservas indígenas. Famílias que estão há gerações nessas terras, produzindo, explorando-as, gerando riqueza e renda, são arrancadas e expulsas para que os índios não façam absolutamente nada com essas terras. Terras boas e produtivas são entregues nas mãos de inúteis.

Essa prática gera conflitos incessantes entre agricultores/fazendeiros e índios, além de madeireiros também contra os indígenas. Populações próximas às terras indígenas também entram em conflito com os índios. Tudo por causa do roubo de terras efetuado pelo Estado para que sejam repassadas aos índios improdutivos.

Então, o que os índios fazem com as terras boas e anteriormente produtivas? Nada! Pois mantê-las produtivas e fazer algo de útil necessita muito trabalho. Ao invés disso, cobram pedágio para que "não índios" passem pelas rodovias e acessos das terras indígenas que estão na rota de 78 estradas rodovias federais. Os preços dos pedágios são dos mais variados, de R\$10 até R\$120. Pergunte-me agora quem faz a manutenção dessas rodovias? Sim, o Estado, ou seja, temos que pagar como contribuintes e aos indígenas.

Se pensarmos nos índios como donos dessas terras não seria injusto ou errado que cobrem para que outros as utilizem, contudo, se pensarmos que eles planejaram o roubo dessas terras e coagiram o Estado a efetuar-lo, principalmente através da pressão de grupos aliados, então, não são os donos de direito e não devem poder explorar nada. Além disso, se eles ao menos fossem os responsáveis pela manutenção das rodovias e o pedágio servi-se para isso, além da obtenção de lucro (que seria justa), seria também correto que cobrem pelo serviço. Mas também não é o caso, pois o Estado é o responsável e nós já pagamos através da abusiva carga tributária brasileira.

Inclusive, o pedágio dos índios além de errado não encontra amparo legal, pelo contrário, segundo decisão do Superior Tribunal Federal (STF), quando julgado o caso da reserva Raposa Serra do Sol, a passagem de não índios e a utilização de estradas não podem ser objeto de cobrança por parte das comunidades indígenas. Apesar disso há quem defenda que haja uma "compensação" pelo fim dos pedágios ilegais. Entenda-se que as terras são roubadas, o pedágio sobre um serviço que não é prestado é mais um roubo e, no entanto, há quem defenda a "compensação" desses roubos com entrega de mais roubo aos índios. Essa atitude estimula que os índios continuem invadindo e roubando terras através de mais compensação.

Falo é claro da FUNAI, mais especificamente de Maria Janete Albuquerque (representante da FUNAI) que afirma não condenar as ações dos índios e que "Não é uma questão de estar certo ou errado". Ora, Maria Janete, sério? E se os índios resolvessem invadir a sua casa, tomar a sua terra e cobrar pedágio de você para passar por ali, qual seria sua posição? Você se posicionaria ao lado do que é certo, ou defenderia "os pobres coitadinhos"?



Tudo isso começa a mostrar o “capitalismo” dos indígenas. Coloco capitalismo entre aspas, pois me refiro estritamente ao fato dos índios amarem o dinheiro e o acúmulo de capital, querendo lucrar com as terras. No entanto, que fique claro, o capitalismo é um sistema onde os indivíduos oferecem produtos e serviços para atender as demandas existentes e cobram por isso, além de investirem em qualidade desses produtos e/ou serviços e preços menores devido a livre concorrência (quem não prestar bons serviços ou fabricar/distribuir/comercializar bons produtos falirá). É o capitalismo de Livre Mercado (que não é praticado pelos índios).

No caso dos índios, estes são amantes do capital, mas agem diferente das regras do capitalismo, pois cobram por serviços que não são prestados e tentam lucrar através do roubo e da exploração do objeto roubado.

Isso prova novamente ao sabermos que há índios que arrendam as terras roubadas para exploração de empresários, fazendeiros, agricultores, madeireiros e até dos antigos donos. Ou seja, roubam as terras e alugam o roubo para terceiros. Imagine ter sua propriedade privada roubada e depois o ladrão lhe cobrar para que possa utilizar esta. Então aparece um melancia e diz que os índios fazem isso por não terem outras fontes de renda (*coitadinhos). Caramba! Possuem 13% do território nacional e não conseguem gerar riqueza e obter renda? Será que está ligado ao fato de que são improdutivos, roubam terras boas e não produzem nada? Há terra até demais para ser trabalhada, mas os índios não possuem renda? Então é porque não trabalham. Querem obter renda sem trabalhar por isso e à custa dos cidadãos trabalhadores e roubados? Não é a toa que são admirados e adorados pela esquerda.

Se as terras fossem dos índios e eles decidissem alugá-las, ótimo, isso resolveria o impasse com madeireiros, fazendeiros, etc, contribuindo para a geração de riqueza e renda. Inclusive, o fato de os índios fazerem isso com as terras roubadas já “ameniza” a situação, mas não deixa de ser condenável roubar um objeto e alugá-lo para outro ou até a pessoa de quem roubou. A locação das terras é um arranjo que possibilita a exploração e a geração de riqueza, amenizando o problema, porém, não muda o fato de que as terras exploradas foram roubadas e que o certo é a devolução das mesmas aos verdadeiros proprietários para que estes decidam como querem utilizar suas propriedade privadas. Essa prática também é boa para escancarar a incoerência dos esquerdistas que defendem o roubo das terras para repassar aos índios.

Ao invés de tratar os índios como pobres coitadinhos oprimidos e recompensá-los com roubo e proteção contra crimes, o Estado deve permitir que as famílias assentadas nas terras roubadas ali permaneçam e produzam. Se o índio não quer fazer nada, então não deve ser recompensado por isso. Querem renda? Pois que ofereçam sua força de trabalho aos agricultores, fazendeiros, madeireiros, etc. Ou que peguem as poucas terras que realmente lhes pertencem e nelas produzam. Que trabalhem.

Os índios devem ser inseridos na sociedade se assim quiserem e obter informações importantes para a própria sobrevivência como a importância de ferver a água antes de consumir, que o infanticídio é algo abominável e que podem entregar essas crianças à instituições especializadas (principalmente filantrópicas), que devem trabalhar pelo que almejam e não roubar ou esperar cair do céu e ter contato com a moral e os costumes da sociedade mais civilizada. Aqueles que preferirem continuar vivendo através dos costumes, moral e cultura indígena que assim o façam, mas fiquem cientes de que não será permitido o



Boletim de Notícias - Edição nº 07./ 2014

Brasília, 15 de janeiro de 2014.

roubo aos cidadãos brasileiros. Sendo assim se quiserem obter a própria subsistência que trabalhem por isso.

Por Roberto Lacerda Barricelli

Fontes:

Folha Política - <http://www.folhapolitica.org/2013/12/indios-alugam-terras-para-exploracao.html>

Estadão - <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,indios-avisam-a-generais-que-pedagio-sera-reaberto-em-humaita,1115880,0.htm>

Cenário MT - <http://www.cenariomt.com.br/noticia/336531/legalidade-da-cobranca-de-pedagio-em-terras-indigenas-gera-discussao.html>

G1 Política - <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/brasil-tem-672-terras-indigenas-entenda-como-funciona-demarcacao.html>

Ambiente Acreano - <http://ambienteacreano.blogspot.com.br/2008/06/infanticidio-indigena-tradio-ou-crime.html>

FUNAI – www.funai.gov.br

Escola Kids - <http://www.escolakids.com/as-invasoes-dos-franceses-ao-brasil.htm>

Morte de índios é a maior desde 1988, diz Pastoral da Terra

SÍTIO O GLOBO, 15.01.2014

Entidade de direitos humanos afirma que, em 2013, 14 pessoas morreram em disputa por terras; no ano passado, foram seis



Guerra entre fazendeiros e indígenas em Dourados no Mato Grosso do Sul. Na foto, índios da Terra Indígena Taquara Michel Filho/14-04-2013 / Agência O Globo

SÃO PAULO - As tensões causadas pelas disputas por territórios indígenas têm se agravado nos últimos anos e elevaram o número de assassinatos a índios em conflitos de terra no Brasil. No ano passado, segundo dados parciais obtidos pelo GLOBO com a Comissão Pastoral da Terra, o total de mortes cresceu pelo terceiro ano consecutivo e chegou a 14, o maior número verificado desde 1988 na série histórica dos dados de assassinato da entidade de direitos humanos.

Em 2012, foram mortos seis índios em conflitos de terra e, em 2011, foram assassinados quatro. Atualmente, segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 155 pessoas estão incluídas, em áreas de conflito de terra, no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Do total, 37 são indígenas, que já representam 23,8% do total. A maior parte dos protegidos pelo governo federal atuam na Região Norte, sobretudo no Pará.

No ano passado, as mortes de indígenas ocorreram, em sua maioria, em Roraima, Bahia e Mato Grosso do Sul, estados onde as disputas por terras têm recrudescido nos últimos anos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 07./ 2014

Brasília, 15 de janeiro de 2014.

Em Roraima, na cidade de Alto Alegre, cinco índios da etnia yanomami, entre eles uma criança, foram mortos em abril do ano passado. Segundo lideranças indígenas, a atividade ilegal de extração de minérios tem se intensificado na região e garimpeiros têm atuado inclusive na Terra Indígena Yanomami.

Terracap licita novos terrenos no Noroeste, em meio a polêmica indígena
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 15.01.2014

A Justiça determinou que a Funai delimite o espaço ocupado pelo chamado Santuário dos Pajés no novo bairro



Em 2011, índios tentaram impedir as obras no local

A Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) realiza hoje mais uma licitação de terrenos no Setor Noroeste em meio a uma nova batalha. A Justiça Federal reconheceu como terra indígena uma área de 4,1 hectares no bairro e garantiu a pelo menos 40 índios da etnia Fulni-ô Tapuya a posse permanente dos lotes. O juiz Paulo Ricardo de Souza Santos, da 2ª Vara da Seção Judiciária do DF, determinou ainda que a Fundação Nacional do Índio (Funai) delimite o espaço ocupado pelos Fulni-ô Tapuya. A Terracap informou que já apresentou embargos de declaração contra a decisão.

O posicionamento da Justiça Federal contraria pareceres antropológicos apresentados pela Funai desde o início do processo judicial, em 2008. A fundação defende que não há elementos para caracterizar o chamado Santuário dos Pajés como uma terra indígena tradicionalmente ocupada. Mas a Justiça Federal entendeu que os índios devem ficar onde estão.

Os integrantes da etnia Fulni-ô Tapuya ocupam local equivalente à área das quadras comerciais CRNW 508, CRNW 708 e EQNW 708/709 do Setor Noroeste. O Santuário dos Pajés também fica em uma região prevista para a construção de uma via pública para o bairro. No processo, os índios alegaram que estão no mesmo local desde 1969, mas que há registro da presença da etnia na região desde 1957.

CONT.



Leia mais notícias em Cidades

O caso se arrasta na Justiça desde 2008, quando a Procuradoria Regional dos Direitos dos Cidadãos abriu inquérito civil público para apurar denúncias de violação do território ocupado pela comunidade indígena do Bananal. O Ministério Público Federal entrou com ação civil pública contra a Funai, a Terracap e o Instituto Brasília Ambiental (Ibram).

Em 2009, o Ministério Público Federal expediu recomendação para que a Funai criasse um grupo técnico de identificação e delimitação. O MPF alegou que a área indígena deveria ter 50 hectares, mas o espaço delimitado agora pela Justiça tem 4,1 hectares, 11 vezes menos do que o pedido dos procuradores.

Em outubro de 2011, a situação se agravou quando a construtora que comprou uma projeção residencial começou a cercar o terreno e remover árvores do local. Índios moradores do Santuário dos Pajés reagiram e a causa ganhou o apoio de estudantes e integrantes de organizações sociais. O grupo formou barreiras humanas para impedir a atuação dos funcionários da construtora e houve confronto entre seguranças e defensores dos índios.



Índios são presos por tráfico de drogas em Amambai
SÍTIO REGIÃO NEWS, 15.01.2014

Segundo a polícia, ao receber voz de prisão os indígenas teriam relatado que haviam comprado a maconha por R\$ 100 reais na Aldeia Taquapery

Dois indígenas residentes na Aldeia Tey Kuê, em Caarapó foram presos por tráfico de drogas na tarde de terça-feira (14), em Amambai.

A dupla, Tiago Cavalheiro Martins, de 31 anos e Adélio Vilhalva de Almeida, de 26 anos, foram abordados por uma equipe da PRE (Polícia Militar Rodoviária Estadual) da base operacional de Amambai, quando trafegavam pela Rodovia MS-156, trecho que liga Amambai a Caarapó, empurrando uma motocicleta Honda Fan 125cc, cor vermelha.

De acordo com a PRE, ao vistoriarem uma mochila que a dupla carregava, os policiais encontraram nove tablets de maconha prensados que depois de pesados totalizaram 4 quilos e 850 gramas da droga.

Segundo a polícia, ao receber voz de prisão os indígenas teriam relatado que haviam comprado a maconha por R\$ 100 reais na Aldeia Taquapery, em Coronel Sapucaia, fronteira com o Paraguai e levariam o entorpecente para sua aldeia de origem, em Caarapó.

Encaminhada, juntamente com a maconha e a motocicleta para a Delegacia de Polícia Civil de Amambai a dupla, que teria relatado estar levando a maconha para consumo próprio, foi autuada em flagrante por tráfico de drogas, crime que em caso de condenação acarreta em uma pena que varia de 5 a 15 anos de prisão e permanece presa à disposição da Justiça.

Índios cobram pedágio em rodovia de MT e fazem operação tapa-buracos

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 15.01.2014

Uma média de 20 índios se reveza no trabalho e estão cobrando pedágio dos motoristas que passam na rodovia, no valor de R\$ 50 para caminhões, R\$ 20 para carros e R\$ 10 para motos.



O trecho de 60 km que fica na rodovia estadual MT-235, entre os municípios de Sapezal e Campo Novo dos Parecis, está recebendo massa asfáltica em uma operação tapa buracos realizada por índios da etnia Pareci.

Uma média de 20 índios se reveza no trabalho e estão cobrando pedágio dos motoristas que passam na rodovia, no valor de R\$ 50 para caminhões, R\$ 20 para carros e R\$ 10 para motos, o que tem causado muitas reclamações por parte dos motoristas que trafegam pelo local.

A Secretaria Estadual de Transporte e Pavimentação Urbana (SETPU) divulgou acordo firmado com a Prefeitura de Sapezal para fazer esse trabalho em que o Estado fornece o material e o município à mão de obra.

Desde 1997 os índios cobram pedágio na MT-235, que foi asfaltada há cinco anos e essa é a primeira vez que os índios colocam massa asfáltica para tapar os buracos. A região é grande produtora de grãos e por isso o movimento de carretas é grande na rodovia.



Boletim de Notícias - Edição nº 07./ 2014

Brasília, 15 de janeiro de 2014.

Representantes de ministérios tentam acordo entre índios tenharins e moradores de Humaitá

SÍTIO PORTAL EBC, 15.01.2014

Humaitá - Representantes dos ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social seguem nesta manhã para a Terra Indígena Tenharim Marmelos, a cerca de 150 quilômetros do município de Humaitá, no sul do estado do Amazonas.

A equipe desembarcou na região do conflito entre os índios tenharins e a população de Humaitá, na última segunda-feira (13) para tentar uma solução para os conflitos e, principalmente, construir soluções para que os índios não voltem a cobrar pedágio na BR-230 (Transamazônica), que corta a reserva.

Há quase um mês, os índios tenharins estão isolados nas aldeias. Impedidos de cobrar o pedágio e impossibilitados de se deslocar até a cidade, estão dependentes da assistência do governo federal. A Fundação Nacional do Índio (Funai) tem distribuído cestas básicas e medicamentos para os índios.

Moradores da cidade acusam os índios de terem sequestrado três os homens, em 16 de dezembro, em represália à morte do cacique Ivan Tenharim, no início do mês passado. Uma nota do então coordenador da regional da Funai, Ivã Bocchini, levantou a suspeita de que o líder tenharim teria sido assassinado. A polícia apontou a causa da morte como acidente de moto. Na sexta-feira (10), Bocchini foi exonerado do cargo.

Edição: Talita Cavalcante